

# TRILHA DE EDUCAÇÃO FISCAL MÓDULO 2



# Apresentação

O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF – tem como objetivo promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania, visando ao constante aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão, concorrendo para a defesa permanente das garantias constitucionais.

O Programa tem como alicerce a necessidade em compreender a função socioeconômica do tributo, da correta alocação dos recursos públicos, da estrutura e funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos e da busca de estratégias e meios para o exercício do controle democrático.

A implementação do PNEF é de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF, composto por representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, a quem compete definir a política e discutir, analisar, propor, monitorar e avaliar as ações do Programa.

O material pedagógico ora apresentado, composto por quatro módulos, foi elaborado com o objetivo de contribuir para a formação permanente do indivíduo, na perspectiva da maior participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos.

Você vai encontrar conteúdos relacionados aos fatos sociais, políticos e econômicos que constroem o dinamismo da história, bem como temas relacionados às novas bases de financiamento da educação básica e aos avanços promovidos pelo poder público e pela sociedade na transparência e no controle das finanças do Estado. Os temas dos módulos, você pode conferir a seguir:

**A Trilha de Educação Fiscal - Módulo II - Relação Estado-Sociedade:** suscita temas relativos à organização da vida em sociedade e suas implicações na garantia do estado democrático de direito e da cidadania; busca entender a estrutura e o funcionamento do Estado; compreender a importância da participação do indivíduo na vida do Estado e da Sociedade, para que o mesmo se perceba como agente transformador da sociedade.

# Sumário

Apresentação	2
1. Entendendo o conceito de sociedade e de estado	5
2. A história da cidadania no Brasil	11
3. Estado democrático	35
4. Estado, economia e desenvolvimento	39
5. Ética	47
6. Educação Fiscal, Cidadania e o currículo	49



Neste módulo, você verá uma breve retrospectiva da relação dialética Estado e Sociedade, na perspectiva do poder, como ela moldou a história da humanidade; por meio de guerras e conflitos mundiais, declaramos que todos os humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; lutamos contra doenças, mudanças climáticas; injustiças sociais; lutas criadas por nós mesmos. Essas são algumas questões que surgiram ao longo desses séculos através dessa relação Estado e Sociedade.

## Objetivos do módulo

Suscitar temas relativos à organização da vida em sociedade e suas implicações na garantia do estado democrático e da cidadania.

## Objetivos de aprendizagem

- Entender a estrutura e o funcionamento do Estado
- Compreender a importância da sua participação na vida do Estado e da Sociedade.
- Perceber-se e atuar como sujeito agente transformador da sociedade.

## 1. Entendendo o conceito de sociedade e de estado

A relação Estado e Sociedade vem sendo construída com a história da própria humanidade. É o resultado dos conflitos, dos interesses, das interações e dos sonhos. Tratar dessa relação é falar sobre o poder e a vida gregária, como se organizar e como assegurar a sobrevivência da espécie humana em nossa casa, a Terra, garantindo a um maior número de pessoas o acesso aos recursos básicos que lhes possibilitem viver com dignidade.

Uma breve retrospectiva da relação dialética Estado e Sociedade mostra-nos como ela moldou a história da humanidade:

- explodimos bombas atômicas, produzimos guerras mundiais, declaramos que todos os humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos;
- criamos doenças e inventamos vacinas; geramos o efeito estufa, comprometemos a biosfera, lutamos contra as mudanças do clima;
- somos fundamentalistas, praticamos a tolerância; concentramos renda, lutamos contra as injustiças sociais.

### 1.1 Sociedade

O termo sociedade pode ser definido como um conjunto de pessoas que vive em certa faixa de tempo e de espaço, segundo normas comuns e que são unidas pelas necessidades de grupo. É, na verdade, uma entidade autônoma que emerge da experiência da vida coletiva e possui características próprias que transcendem aos indivíduos que pertencem a ela.

### 1.2 Estado

O Estado teria surgido da necessidade de se estabelecer um acordo entre os indivíduos que viviam em comunidade, com o objetivo de dirimir os conflitos que porventura se apresentavam.

Desde a Antiguidade os grupos sociais se organizam para atender as demandas de seus membros. No Egito, na Pérsia, entre os hebreus, gregos, romanos, chineses e hindus, o Estado foi construído como opção de organização social.

Na Idade Média, a organização da sociedade se dava de forma descentralizada, o poder era dividido entre os donos das maiores terras, os senhores feudais. A base da economia no período era a posse da terra e o desenvolvimento de atividades inerentes a ela.



Com o advento da modernidade, surge o Estado Absolutista com um novo modelo.

Há uma centralização de poder político e administrativo. Estimula-se uma unificação de fronteiras, língua, cultura, economia e poderio militar; formula-se o Estado, que tem como premissa a ordenação estável e permanente de seus membros.

A nação é anterior ao Estado, é a sua substância humana, é uma realidade sociológica, é um conceito de ordem subjetiva. É, segundo REALE (2006), “um Estado em potência”. No Ocidente, o Estado é uma realidade jurídica, seu conceito é necessariamente objetivo. Várias nações podem se reunir em um só Estado, assim como uma só nação pode se dividir em diversos Estados.

### 1.3 A Ideia de Constituição

Em que momento, dessa evolução da sociedade, a ideia de Constituição surgiu? Ela está associada à renovação ou ao restabelecimento do pacto social, ocorrido no início da Idade Moderna (Renascimento) em oposição à decadente ordem feudal e também aos excessos do absolutismo monárquico.

Trata-se de um pacto, um acordo estabelecido entre os diversos segmentos de uma sociedade para a definição das regras fundamentais da convivência social em determinado território.

Acompanhe a seguir de que maneira ocorria a organização social e de que modo era organizada.

#### **Antecedentes da Constituição escrita**

Os documentos que antecedem a Constituição são pactos, forais e cartas de franquia advindos da tradição inglesa. Os pactos eram convenções entre o monarca e seus súditos, gerindo o modo de governo e as garantias dos direitos individuais, enquanto os forais, encontrados em toda a Europa medieval, foram documentos que permitiram aos burgos se autogovernarem. Já as cartas de franquia eram documentos que asseguravam independência às corporações para o exercício de suas atividades. Esse modelo veio para o Brasil já com a Instalação das Capitanias Hereditárias em 1530.


#### **Contratos de colonização**

Esses contratos surgem com os descobrimentos das Américas, nos séculos XVI e XVII. Os puritanos, não encontrando na nova terra poder estabelecido e imbuídos de igualitarismo, fixaram, por mútuo consenso, as regras porque haveriam de se governar. Transparece, aí, a organização do governo pelos próprios governados, que é outro pilar da ideia de Constituição.

#### **As leis fundamentais do Reino**

A existência de leis fundamentais que se impõem ao próprio rei é uma criação dos legisladores franceses, empenhados em defender a Coroa contra as possíveis limitações políticas do próprio monarca. Essa doutrina afirmava que, acima do soberano e fora de seu alcance, há regras quanto à aquisição, ao exercício

e à transmissão do poder, quanto à autoridade do rei, que está subordinada à lei, e quanto à estabilidade das leis, somente alteráveis pelos Estados Gerais.



## SAIBA MAIS

**Estados Gerais**  
 Eram assim chamadas as assembleias convocadas pelos reis da França, durante o regime absolutista, para tratar de assuntos importantes relativos ao Estado.

### 1.4 As Doutrinas do Pacto Social

Podemos apresentar algumas propostas de pensadores que contribuíram muito nas reflexões e que fundamentaram o pensamento sobre a sociedade e o Estado, acompanhe.

Pensador	Obra	Considerações
Thomas Hobbes (1588-1679) 	<i>Leviatã</i> (1651) 	Discorre a respeito da estrutura da sociedade e do governo.
John Locke (1632-1704) 	<i>Dois tratados do governo civil</i> (1690) 	Desenvolve a concepção de que a própria sociedade se fundamenta num pacto.

<p>Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)</p> 	<p><i>Do contrato social</i> (1762)</p> 	<p>Aprimora as ideias difundidas por Hobbes e Locke.</p> <p>Fonte: Brasil,2009</p>
--	---	--

Dessas lições, resulta que o poder decorre da vontade dos homens e tem um estatuto fixado por eles. Esses filósofos foram os grandes responsáveis por fazer a crítica ao Estado absolutista e estabelecer as grandes diretrizes para a formação do Estado Republicano.

### 1.5 Construção Histórica dos Direitos do Homem

A ideia de Constituição ganhou força associada às concepções do Iluminismo no século XVIII. Essa cosmovisão fundamenta-se nos conceitos de Indivíduo, Razão, Natureza, Felicidade e Progresso. Concebe o homem como indivíduo que não se confunde com a coletividade nem se funde nesta.

Esse indivíduo é eminentemente racional, determina sua vontade por uma razão que não aceita senão o que lhe pode ser demonstrado. Razão que, portanto, rejeita os preconceitos, os dogmas, os fundamentalismos, ou seja, tudo aquilo que não pode ser explicado objetivamente. Esse indivíduo racional vive, segundo Rousseau, em um mundo governado, em última instância, por uma natureza boa e providente. Dessa natureza resultam leis (naturais) que conduzem à melhor das situações possíveis, desde que não maculadas pela ação dos homens.

Essa cosmovisão é fonte do liberalismo político e econômico, que prevalece com as revoluções dos séculos XVIII e XIX. Os filósofos **iluministas** vão alterar os rumos do pensamento não só político como também econômico, transformando o capitalismo mercantilista no capitalismo liberal, com fundamento nessa concepção da prevalência da Razão, em que é aceito somente o que pode ser demonstrado.

O Iluminismo é um conceito que sintetiza diversas tradições filosóficas, correntes intelectuais e atitudes religiosas. Os pensadores iluministas tinham como ideal a extensão dos princípios do conhecimento crítico a todos os campos do mundo humano. Supunham poder contribuir para o progresso da humanidade e para a superação dos resíduos de tirania e superstição que creditavam ao legado da Idade Média. A maior parte dos iluministas associava ainda o ideal de conhecimento crítico à tarefa do melhoramento do estado e da sociedade.

A mudança começa com uma “escola econômica” chamada **Fisiocrata**.



## SAIBA MAIS



O nome mais importante do fisiocratismo foi o médico François Quesnay (1694-1774), que pregava a virtude da livre concorrência, situação em que o Estado jamais deve intervir na economia, dizendo: “*Laissez-faire, laissez-passar, le monde va de lui-même*”, ou seja, “deixa fazer, deixa passar, que o mundo vai por si mesmo”, sendo esta frase a que melhor expressa a natureza da economia liberal.

Também o escocês Adam Smith (1723-1790), um dos pais do liberalismo clássico, pensava como Quesnay. Ao falar sobre a liberdade, preconizava que o Estado só deveria intervir na Economia para estimular o trabalhador a trabalhar, pois, para ele: “O trabalho é a riqueza das nações”.

Fonte: Brasil, 2009

No plano estritamente político, o **liberalismo** enaltece os direitos naturais do homem, tolera o Estado como um mal necessário e exige, para prevenir eventuais abusos, a separação de poderes que Montesquieu (1689-1755), político e filósofo francês, teorizou de forma definitiva em sua obra mais famosa, “Do Espírito das Leis”, no ano de 1748.

O Liberalismo é doutrina política segundo a qual o Estado não deve intervir nas relações econômicas que se estabelecem entre indivíduos, classes sociais ou países. Converteu-se, desde o final do século XVIII, na ideologia da burguesia em sua luta contra as estruturas que se opunham ao livre jogo das forças econômicas e à participação da sociedade na direção do Estado.

Montesquieu discute a respeito das instituições e das leis e busca compreender as diversas ordens jurídicas existentes em diferentes lugares e épocas. Sua obra inspirou os redatores da Constituição Francesa de 1791 e tornou-se a fonte das doutrinas constitucionais liberais, que repousam na separação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Um pouco antes, em 1789, segundo o artigo 16 da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** (USP, 2014), formulada durante a Revolução Francesa, expressa o entendimento de que: “Toda sociedade na qual não está assegurada a garantia dos direitos nem determinada a separação dos poderes não tem Constituição”.

Na América, com o processo de emancipação política das Colônias, ocorrido no século XIX, a elaboração de Constituições autônomas tornou-se ação necessária, fixando as regras básicas da sociabilidade dos novos países. O Constitucionalismo na América foi baseado nos fundamentos jurídicos observados na Europa, no mesmo período. No entanto, algumas adaptações foram realizadas para contemplar as exigências sociais e a destruição das bases políticas coloniais, visando a construção de novos elementos nacionais.



### Importante

Democracia, cidadania, direitos humanos e sociais não são inatos ou naturais à condição humana, mas sim conquistas históricas, fruto de secular disputa de interesses antagônicos em torno do poder e sujeitos às marchas e contramarchas da história.

Fonte: Brasil,2009

Daí a esperança de que a humanidade possa adquirir, em futuro não tão distante, a igualdade de direitos e dignidade para todos. Afinal, se a democracia é uma construção histórica, o que impede de fazê-la mais justa e universal a cada dia?

Para Bobbio (1992), o primeiro marco histórico dos direitos humanos, da forma como se concebe hoje, nasce na Idade Moderna, com a construção teórica do que viria a ser o Estado Liberal, advinda dos ideais iluministas, em oposição ao absolutismo monárquico.

Já o segundo momento histórico ocorre quando esses direitos são transferidos do plano teórico e se tornam o fundamento material do Estado de Direito.

Esse momento foi tão importante para a história da humanidade, por representar a ruptura com o Estado Absolutista, que é o marco do início da Era Contemporânea. Os documentos que simbolizam essa virada histórica nos destinos da humanidade são a “Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos” (1789) e a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), advinda da Revolução Francesa.

A discussão dos ideais de liberdade e igualdade de direitos está evidenciada também na “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, escrita pela revolucionária francesa Marie Gouze, que elaborou um manifesto em defesa dos direitos da mulher em 1791.



### Importante

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, representa fato novo na história da humanidade, pelo seu caráter universal e vinculante. Pela primeira vez fomos capazes de conceber e construir um consenso mínimo em torno de princípios e direitos universais, aos quais não se pode opor nenhuma ordem jurídica nacional.

Fonte: Brasil,2009

## 2. A história da cidadania no Brasil

Faremos agora um recorte histórico salientando a cidadania no Brasil através dos tempos.

Acompanhe a panorama.

### 2.1 Período Colonial (1500-1822): a força do passado

O período da colonização portuguesa em território nacional é marcado, fortemente, pela dominação de tribos, pela escravidão e pelo extermínio indígena. A estratégia de tomada de posse do território brasileiro pelos portugueses, espanhóis e holandeses, além de outros, enfrentou forte resistência por parte dos índios. Esse choque foi responsável por milhares de mortes nas populações tradicionais, dizimadas por doenças e conflitos, tendo como consequência a extinção de várias etnias indígenas. No ano de 1500, a população estimada de nativos era de 4 milhões e em 1823 de apenas 1 milhão.

A conquista teve conotação comercial e a colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares. A atividade que melhor se prestou à finalidade lucrativa foi o cultivo da cana-de-açúcar, mercadoria com crescente valorização no mercado europeu e que exigia grandes capitais e significativa mão de obra. Outro produto tropical, o tabaco, juntou-se, depois, à cana-de-açúcar. Consolidou-se, assim, uma característica que marcou durante séculos a economia e a sociedade brasileiras: o latifúndio monocultor e exportador de base escravista negra.



Fonte: Brasil, 2009

Outra atividade econômica existente desde o início da colonização foi a pecuária, que se desenvolveu no interior do país como atividade subsidiária da grande propriedade agrícola e que também colaborou para a interiorização do País.

No final do século XVII e metade do XVIII, a mineração, sobretudo de aluvião, transformou-se na principal atividade econômica da Colônia e teve papel decisivo na expansão territorial da Colônia e contribuiu para a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1793.

Entre escravizados e escravizadores, existia uma população legalmente livre, para a qual faltavam as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. Esses eram potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, a justiça, principal garantia dos direitos civis, tornava-se simplesmente instrumento de poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas.



### Importante

Nesse período, a arrecadação tributária era frequentemente realizada por meio de contratos de particulares com o governo. Outras funções públicas, como o registro de nascimentos, casamentos e óbitos, eram realizadas pelo clero. Como consequência, não existia, verdadeiramente, um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei.

Fonte: Brasil, 2009

## A educação no Período Colonial

Nos primeiros séculos (XVI-XVIII) da história do Brasil, a educação esteve sob a responsabilidade da ordem dos jesuítas, inexistindo ações de fomento à construção de escolas públicas ou mesmo da disseminação do ensino. Após a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, em 1759, o governo do Marquês de Pombal (1699-1782) assumiu parte da responsabilidade pela educação.

Para ilustrar tal cenário, vale indicar que o primeiro censo populacional realizado no Brasil foi realizado no ano de 1872, meio século após a independência, e informou que apenas 16% da população brasileira era alfabetizada.

Com relação ao Ensino Superior, as primeiras faculdades só foram organizadas após a vinda da família real portuguesa em 1808, quando o Brasil se transformou em sede do Império Ultramarino Português. A primeira universidade brasileira, no entanto, só surgiu bem mais tarde, quando, em 1933, foi criada a Universidade de São Paulo, a partir de uma missão educacional que contou com a colaboração de vários intelectuais franceses.

A história colonial brasileira foi marcada por momentos de reivindicação popular, como é o caso das rebeliões nativistas, que ocorreram em fins do século XVII.

O Período Colonial chegou ao fim com a maioria da população ainda excluída do acesso aos direitos civis e políticos, inexistindo um sentido de reconhecimento pleno à cidadania e à identidade nacional. As revoltas acabaram por gerar, sem dúvida, sentidos identitários regionais, localizados e com necessidades específicas às províncias, verificando-se a ausência de laços mais amplos e comunicações entre os anseios das localidades e do próprio Brasil, entendido como entidade autônoma e soberana.

## 2.2 Período Imperial (1822-1889)

O processo que gerou a emancipação política do Brasil caracteriza-se por intensa negociação entre as elites regionais e a Coroa portuguesa, representada por D. Pedro I (1798-1834). Neste sentido, foi o único país americano a optar pelo regime monárquico. Alguns historiadores afirmam que essa opção se deu pelo fato de o poder simbólico e centralizador da Coroa permitir a manutenção da unidade territorial da antiga colônia, evitando conflitos e a fragmentação territorial, como ocorreu nas antigas colônias espanholas, das quais derivaram vários países republicanos.

Com a intermediação da Inglaterra, Portugal aceitou a independência do Brasil mediante o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas. Nesse contexto, a dependência política e econômica do Brasil em relação a Portugal foi substituída pela dependência financeira para com a Inglaterra.

À época da independência, a conjuntura política brasileira apontava em direções opostas: a direção americana, republicana; e, a direção europeia, monárquica. Do lado americano, havia o exemplo admirado dos Estados Unidos; do lado europeu, havia a tradição colonial portuguesa, as pressões da Santa Aliança e, sobretudo, a influência mediadora da Inglaterra.

Foi esta última que facilitou a solução conciliadora e forneceu o modelo de monarquia constitucional, complementado pelas ideias do liberalismo francês pós-revolucionário.

### **Os direitos políticos saem na frente**

A Constituição de 1824 regulou os direitos políticos e definiu quem teria direito de votar e ser votado. As eleições eram indiretas. Nas assembleias provinciais (eleições primárias) os eleitores escolhiam os votantes na proporção de um para cada 100 domicílios.


As condições para o voto eram:

- homens com 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis;
- o limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, oficiais, bacharéis, clérigos, servidores públicos; os libertos;
- as mulheres não votavam;
- as pessoas escravizadas não eram consideradas cidadãos, portanto não votavam;
- das eleições secundárias só podiam participar cidadãos com patrimônio e renda de, no mínimo, 200 mil réis. Estes elegiam os deputados e senadores (renda de 400 mil réis);



- os senadores eram eleitos em lista tríplice, da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência; os senadores conquistavam cargos de caráter vitalício; os deputados tinham mandato de quatro anos; nos municípios, os vereadores e juizes de paz eram eleitos pelos votantes em único turno;
- os presidentes de província eram nomeados pelo governo central.

Essa legislação permaneceu quase sem alteração até 1881, quando foi revogado o sistema indireto, no entanto, com retrocesso, pois suprimiu o voto dos analfabetos. Aqui residiu a grande limitação à cidadania, pois somente 15% da população era alfabetizada – ou 20%, se considerarmos apenas a população masculina.



**SAIBA MAIS**


Consequências dessa legislação:

- ← em 1872 havia mais de 1 milhão de votantes (13% da pop. livre);
- ← em 1886 votaram pouco mais de 100 mil eleitores.

Fonte: Brasil,2009

## A escravidão no Brasil: da diáspora africana à abolição

Nossa herança colonial não nos legou direitos civis plenos de qualidade e de acesso. O nosso país herdou a escravidão, que negava a condição humana dos escravizados; as grandes propriedades rurais, fechadas à ação da lei; e, um Estado comprometido com o poder privado. A Inglaterra exigiu, como parte do preço do reconhecimento da independência, a assinatura de um tratado que incluía a proibição do tráfico de escravos. O tratado foi ratificado em 1827. Em obediência às suas exigências, foi votada, em 1831, uma lei que considerava o tráfico como pirataria, mas a lei não teve efeito prático: foi desse episódio histórico que surgiu a expressão popular: “lei para inglês ver”. Tal fato não deve ser entendido como uma ação humanitária da Inglaterra, pois foi um dos países que mais lucrou com o tráfico de pessoas escravizadas.



**Importante**

Vale lembrar que naquela época a Inglaterra estava em plena revolução industrial, em grande parte financiada com o ouro de Minas Gerais. Buscava, portanto, mercado consumidor para seus produtos manufaturados, daí seu interesse em proibir o tráfico e acabar com o trabalho escravo.

Fonte: Brasil,2009

Acompanhe a seguir outras considerações a respeito da escravidão no território brasileiro.

- A abolição da escravatura só começou a ser discutida no Parlamento em 1884.
- O Brasil era o último país de tradição cristã e ocidental a libertar os escravos.
- A Lei Áurea (1888) e a falsa liberdade para os negros no Brasil: o abandono dos negros e o surgimento de cortiços e favelas.

Aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixos salários. (BRASIL, 2009).

- A perversa política de “branqueamento”.

Onde havia dinamismo econômico (provocado pela expansão do café, como em São Paulo), os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes, sobretudo italianos, que o governo atraía para o país. Lá, os libertos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais pesados e mal pagos. (BRASIL, 2009, p. 18).



Imigrantes italianos em São Paulo.

Fonte: Foto de Guilherme Gaensly (1843-1928), acervo da Fundação Patrimônio da Energia de São Paulo - Memorial do Imigrante.

As consequências disso foram duradouras para a população negra. Até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida (BRASIL, 2009).

### 2.3 A Primeira República (1889-1930)

A Proclamação da República, em 1889, não alterou significativamente o quadro das forças políticas e sociais brasileiras e não houve participação popular no processo. A Constituição republicana de 1891 eliminou apenas a exigência de renda de 200 mil réis, antes necessária para os que podiam votar. A principal barreira ao voto – a exclusão dos analfabetos – foi mantida.

Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas.

Inspirada na Constituição dos Estados Unidos, a Constituição de 1891 estabeleceu:

- o sistema federativo;

- a autonomia dos estados para legislar conforme seus próprios interesses, desde que obedecessem à Lei Maior;
- o sistema presidencialista; a separação entre a igreja católica e o Estado; e
- a divisão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A descentralização do poder aos estados facilitou a formação de alianças oligárquicas em níveis federal, estadual e municipal, estratégia conhecida como Política de Favores. E, assim, a Primeira República também ficou conhecida como República dos Coronéis, como eram chamados os chefes políticos locais, geralmente um grande proprietário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero.



### OBSERVE

A política dos coronéis era facilitada pelo fato de o Brasil ter sido, até 1930, um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, apenas 16,6% da população vivia em cidades com 20 mil habitantes ou mais, e 70% ocupavam atividades agrícolas e residiam no campo. Fonte: (BRASIL,2024)

O coronelismo era a aliança desses chefes políticos locais com os governadores dos estados e, desses, com o presidente da República. Quando o Estado dava o apoio político ao governador, havia a troca de indicação de autoridades, tais como delegado de polícia, juiz, coletor de impostos, agente do correio e professora primária.

A Câmara Federal reconhecia como deputados os que apoiassem o governador e o presidente da República. Consideravam os demais pretendentes aos cargos como não dotados de legitimidade política.

Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentido nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades.

Apesar das práticas que deturpavam o exercício do voto e das leis que restringiam o direito a ele, não houve, no Brasil, grandes movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A exceção foi o movimento pelo sufrágio feminino, depois da revolução de 1930, sendo o voto feminino introduzido em 1932. Apesar dessa conquista, nossa sociedade continuou fundada no patriarcalismo e marcada por representações e práticas preconceituosas em relação à mulher.

Mesmo no plano jurídico, as restrições aos direitos da mulher ainda levaram décadas para serem revogadas. Com efeito, as mulheres continuaram com os seus direitos civis bastante limitados, pois o homem permanecia como cabeça do casal. Somente com o advento da Constituição de 1988 é que ocorreu a plena equiparação dos direitos civis, com a extinção da figura “do cabeça” do casal,



Fonte: Brasil,2009

nos termos do art. 226, § 5º da Constituição, *verbis*: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 2024).

Outro marco importante na defesa dos direitos da mulher foi a edição da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. A lei altera o Código Penal brasileiro e possibilita que agressores de mulheres, no âmbito doméstico ou familiar, sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Esses agressores não poderão mais ser punidos com penas alternativas; a legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto, de um para três anos. A nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio à proibição de sua aproximação da mulher agredida e dos filhos.

Uma das principais características da Primeira República foi a política de imigração fomentada pelo governo central desde o final do século XIX. Entre 1884 e 1920, cerca de três milhões de imigrantes desembarcaram em terras brasileiras. A maioria deles veio proveniente da Europa (italianos, alemães, espanhóis, poloneses e outros) e da Ásia (japoneses, chineses, libaneses, sírios, entre outros). A missão delegada aos imigrantes foi a substituição da mão de obra escrava no campo e nas cidades. Além do aspecto ideológico, havia a tentativa do governo de **embranquecer** a população brasileira.

No aspecto trabalhista, a atuação governamental era pouco precisa e ineficiente. Em 1926, quando a Constituição passou por sua primeira reforma, o governo federal se debruçou, pela primeira vez, sobre a organização das questões trabalhistas no Brasil. Durante a Primeira República, a presença do governo nas relações entre patrões e empregados se dava por meios certamente tortuosos, com a interferência da polícia.

Com relação ao sindicalismo, o reconhecimento dos sindicatos rurais, em 1903, precedeu aos urbanos, em 1907. O fato se explica pela presença de trabalhadores estrangeiros na cafeicultura. Vale lembrar que alguns estrangeiros, especialmente anarquistas, que lutavam pelas causas operárias nos centros urbanos, foram expulsos do País nesse período.

A fermentação oposicionista, constituída por operários e alguns membros da classe média, começou a ganhar força na década de 1920. Em 1922 e 1924, houve a revolta de jovens oficiais descontentes com a situação política do País no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente, conhecido como movimento tenentista, que pretendia recuperar o poder perdido pelos militares no governo republicano, uma vez que as oligarquias passaram a exercer maior influência.

Em São Paulo, eles controlaram a capital por alguns dias, abandonaram a cidade, juntaram--se a outros militares rebeldes do Sul do País e formaram a coluna que percorreu milhares de quilômetros sob a perseguição dos soldados legalistas, concluindo a marcha na Bolívia em 1927, sem ter sido derrotada. A coluna ganhou o nome de seu principal líder, o capitão do Exército, Luís Carlos Prestes (1898-1990), “Coluna Prestes”.



Comando da Coluna Prestes (1925) – Luís Carlos Prestes é o terceiro sentado, da direita para a esquerda.

Fonte: Acervo: FGV

As manifestações também se fizeram valer no campo cultural e intelectual, culminando com a Semana de Arte Moderna organizada no ano de 1922, em São Paulo.

A década de 1920 terminou presenciando uma das poucas campanhas eleitorais da Primeira República com forte competição entre os postulantes ao cargo de presidente. O candidato oficial à presidência, Júlio Prestes, paulista como o presidente que estava no poder, representava a continuidade administrativa. O candidato da oposição, Getúlio Vargas (1882-1954), à frente da Aliança Liberal, introduziu temas novos em sua plataforma política, como mudanças no sistema eleitoral, adoção do voto secreto, representação política proporcional, combate às fraudes eleitorais; e reformas nas políticas sociais – jornada de trabalho de oito horas, férias, salário-mínimo, proteção ao trabalho das mulheres e dos menores de idade.

A Aliança Liberal ameaçava, ainda, o poder político vigente, por ter colocado as duas principais forças políticas da República, os estados de São Paulo e Minas Gerais, em campos opostos. Ambos se alternavam na presidência, era a denominada **política do café com leite**. Em 1930, o acordo foi violado, quando São Paulo insistiu em manter um candidato paulista. Rompido o acordo, os conflitos latentes dentro e fora das **oligarquias** encontraram campo fértil para se manifestarem.

A elite política mineira, frustrada em suas ambições, aliou-se à elite gaúcha, representada por Getúlio Vargas, insatisfeita com o domínio constante de paulistas no poder central. As duas juntaram-se a políticos paraibanos para comporem seu programa de governo.

A chapa encabeçada por Júlio Prestes declarou-se vencedora em uma eleição eivada de vícios e acusações de fraude. Os acontecimentos pareciam se encaminhar para a retomada da *pax oligarquica*, quando o governador da Paraíba, João Pessoa, foi morto por um adversário político local. O assassinato foi o pretexto para os elementos mais radicais da Aliança Liberal retomarem a luta e, desta vez, com propósito abertamente revolucionário.



Tais acontecimentos acabaram por decretar o fim da Primeira República (1889-1930), preparando o terreno para a tomada de posse do presidente Getúlio Vargas, que assumiu o poder após a Revolução de 1930.

## 2.4 Da Revolução de 1930 ao golpe militar de 1964

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís (1869-1957), foi deposto por um movimento armado e dirigido por civis e militares de três estados da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O episódio passou para a história como “A Revolução de 1930”, embora tenha havido e haja, ainda, muita discussão quanto ao emprego da palavra “revolução” para descrever o que aconteceu – é indiscutível que foi o fato político mais marcante do País desde a independência em 1822.

Outros acontecimentos importantes nesse período foram:

**1930** – a crise da política do café com leite. Houve a ruptura institucional e as transformações da **Era Vargas**: de país agrícola e população rural a um país urbano e industrial; os movimentos sociais e a agitação política na Era Vargas;

- a Revolução constitucionalista de 1932;
- a Constituição de 1934: voto feminino e voto secreto;
- o Estado Novo (1937-1945) e a Constituição de 1937 – retrocesso político e avanços sociais;

**Constituição Federal de 1946** – trouxe o restabelecimento dos direitos civis e políticos.



### OBSERVE

Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Ao candidatar-se à eleição presidencial de 1950, o então ex-presidente Getúlio Vargas não teve dificuldade em eleger-se: conquistou quase 49% dos votos, contra 30% do concorrente mais próximo.

Fonte: Brasil, 2009

A eleição de Vargas a presidente pelo voto popular, em 1950, representou um grande desapontamento aos adversários, que tentaram utilizar meios legais e manobras políticas para impedir a posse. Seu segundo governo foi marcado pelo populismo. O populismo era um fenômeno urbano e refletia o Brasil que surgia, ainda inseguro, porém distinto do Brasil rural da Primeira República, dominante na vida social e política até 1930. A outorga dos direitos sociais fazia com que eles não fossem vistos como independentes da ação do governo, mas como um favor, em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora, e não ativa e reivindicadora.

Na política nacionalista, destacou-se a luta pelo monopólio estatal da exploração e de refino do petróleo, corporificada na criação da Petrobras, em 1953. Essa política provocou a reação dos conservadores. Vocalizando essa reação, parcela dos comandantes militares passou a exigir a renúncia do presidente.

Diante desse quadro social e político tão complexo, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, deixando uma carta-testamento de forte conteúdo nacionalista e populista.

Dez anos mais tarde, esse mesmo comando militar conservador e golpista, com apoio de setores políticos alinhados com o imperialismo americano, precipitou o movimento armado de 1º de abril de 1964, inaugurando o longo ocaso da democracia que durou 21 anos e cujas sequelas deixaram marcas profundas na sociedade brasileira, que perduram até os nossos dias.

O próximo presidente foi Juscelino Kubitschek (1902-1976), cujo governo foi marcado pela construção da nova capital federal, Brasília, e por significativos índices de desenvolvimento econômico – acompanhado, no entanto, pelo aumento da inflação. Seu sucessor, Jânio Quadros (1917-1992), foi eleito, em 1960, com 48,3% dos votos.

O governo de Jânio Quadros foi curto: tomou posse em janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano, alegando impossibilidade de governar. Há versões de que seu objetivo era dar um golpe e tornar-se ditador. Todavia, como a renúncia foi imediatamente aceita pelo Congresso, o suposto plano golpista desmoronou. Em decorrência, instalou-se uma crise política, pois os ministros militares declararam não aceitar a posse de João Goulart (1919-1976), vice-presidente. Renovou-se a disputa que dividia políticos e militares desde o governo Vargas.

A posse de Goulart ocorreu depois de uma forte reação por parte dos estudantes, trabalhadores e do III Exército, denominada Cadeia da Legalidade, tendo à frente Leonel Brizola (1922-2004), governador do Rio Grande do Sul. Essa reação levou a um acordo liderado por Tancredo Neves (1910-1985), deputado federal por Minas Gerais, resultando na assinatura do Ato Adicional, que instituiu o parlamentarismo no Brasil.

De 1961 até o início de 1964, outros fatos importantíssimos marcaram a nossa história. Como a tensão crescia, os militares se aproveitaram para intervir, mediante a tomada do poder em 31 de março de 1964, implantando o regime militar. Tal fato iniciou, na história do País, a denominada “Ditadura Militar”, período de restrição aos direitos civis.

## 2.5 O Regime Militar

No início dos anos de 1960, o anúncio de uma nova ordem social e econômica na América Latina era premente. Enquanto a burguesia levantava bandeiras nacionalistas (como a grande via de superação do subdesenvolvimento), os movimentos sociais empenhavam-se em instituir o Estado de Bem-Estar Social e a democracia participativa. Enquanto a elite brasileira propugnava a inserção do Brasil no mercado financeiro do capital internacional, como forma de alcançar o crescimento econômico, os movimentos sociais condicionavam o nosso desenvolvimento à ruptura progressiva com o sistema capitalista, pavimentando a via para o socialismo.

O conflito entre projetos produziu uma saudável efervescência de ideias e propulsionou a intelectualidade brasileira aos debates públicos. No entanto, essa arena democrática foi interrompida pelo golpe militar de 1964, que limitou as liberdades constitucionais e levou às prisões intelectuais professores, universitários, trabalhadores, camponeses, padres e freiras para serem torturados, assassinados ou expulsos do País.

Este período é marcado por fortes restrições aos direitos civis e políticos e praticamente nenhum avanço em relação aos direitos sociais. Podemos dividi-lo em três fases.

**Primeira fase (1964 a 1968):** corresponde ao governo do general Castelo Branco (1897-1967) e ao primeiro ano do general Costa e Silva (1899-1969). No último ano, 1968, a economia retomou os altos índices de crescimento da década de 1950.

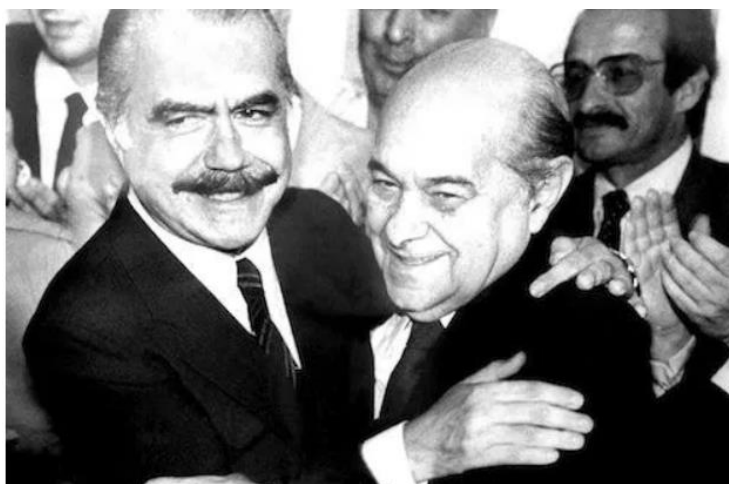
**Segunda fase (1968 a 1974):** compreende os anos mais sombrios da história do País relativo aos direitos civis e políticos. Foi o domínio dos militares tidos como mais conservadores, simbolizados pelo general Garrastazu Médici (1905-1985). Paradoxalmente foi o período de maior crescimento econômico, conhecido como o “milagre brasileiro”.

**Terceira fase (1974 a 1985):** inicia com a posse do general Ernesto Geisel (1907-1996), continuando com o general João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), a partir de 1979; e, termina, em 1985, com a eleição indireta à presidência da República de Tancredo Neves, então senador por Minas Gerais. Esse período é marcado pelas crises do petróleo (1973 e 1979), menor crescimento econômico, elevação da dívida pública e da inflação. Cresceu a oposição da sociedade ao regime que, após forte campanha de rua pelas eleições diretas, negociou com seus opositores uma transição mediante escolha do presidente por via indireta (colégio eleitoral).

## 2.6 Redemocratização no Brasil: 1985 até os dias atuais

Com a morte inesperada de Tancredo Neves, antes mesmo de sua posse, a retomada do regime democrático, em 1985, fez-se de maneira razoavelmente ordenada e sem grandes alterações ou mesmo retrocessos. José Sarney (1930-2023), vice-presidente em exercício da presidência durante a enfermidade de Tancredo Neves, automaticamente tornou-se presidente. A Constituinte de 1988 redigiu e aprovou a Constituição de características liberais e democráticas, merecendo, por isso, o nome de Constituição Cidadã.

Foto: Brasil Escola UOL



José Sarney e Tancredo Neves comemorando a vitória nas eleições de 1985. Neves morreria antes de sua posse, assumindo o vice, Sarney. [6]

Em 1989, houve a primeira eleição direta para **presidente da República** desde 1960, sendo eleito Fernando Collor de Mello (1949-) que, embora vinculado à elite política tradicional do País, se apresentou nos veículos de comunicação como solução para os problemas brasileiros.



Foto: Estadão

Agredida e ofendida pelos atos de corrupção praticados na gestão Collor, a população (que fora às ruas, oito anos antes, por eleições diretas) repetiu a jornada pelo impedimento do primeiro presidente eleito por voto direto. O Congresso cassou o presidente dois anos e meio depois da posse. Substituiu-o, o vice-presidente à época, Itamar Franco (1930-2011).

Em 1994, foi eleito, em primeiro turno, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1931-). Em seu governo, o Plano Real – concebido quando ele era Ministro da Fazenda na gestão do presidente Itamar Franco – conseguiu reduzir sensivelmente a inflação. O plano econômico teve como esteio o câmbio supervalorizado, a abertura comercial e a elevação substancial das taxas de juros, que trouxeram, como resultado, a redução da atividade econômica e a elevação significativa do desemprego e da dívida pública.



### OBSERVE

Acelerou-se o processo de privatizações de empresas estatais iniciado no governo Collor, muitas delas lucrativas vendidas a preços irrisórios e com financiamento público via BNDES.

Fonte: Brasil, 2009

Um dos marcos de sua gestão foi a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas destinadas a assegurar o equilíbrio das contas públicas, evitando que os governantes deixem dívidas muito elevadas que comprometam a administração de seus sucessores.

Na área social foram criados os primeiros programas sociais de transferência direta de renda condicionada ao cumprimento de metas pelas famílias beneficiadas, tais como: bolsa-escola, vale gás e bolsa-alimentação.

Também foi implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb), que modificou a estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País e estabeleceu que seus recursos deveriam ser aplicados exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento do Ensino Fundamental público e na valorização de seu magistério.

Nas eleições de 2002, venceu o ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (1945-), sendo reeleito em 2006. Lula manteve a política econômica de controle da inflação, iniciada com o Plano Real.


São marcos desse período:

- a antecipação do pagamento das dívidas ao FMI;
- a diminuição do ciclo de privatizações;
- estímulo ao microcrédito e às linhas de financiamento para aposentados e trabalhadores de baixa renda;
- a ampliação de investimentos na agricultura familiar;
- o crescimento do mercado interno;
- a redução do índice de desemprego; e
- a elevação do valor do salário-mínimo.

Seu governo também foi marcado por uma forte crise política envolvendo importantes lideranças partidárias conhecida como “**escândalo do mensalão**”.

Outro projeto do governo de Lula é a criação do **Programa Bolsa Família**, caracterizado pela ampliação e integração dos programas sociais já existentes, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a redução da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável.





**SAIBA MAIS**

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões: transferência direta de renda à família; cumprimento de condicionalidades por parte das famílias beneficiárias; e coordenação de programas complementares, como o de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos, cujo objetivo é o desenvolvimento das famílias, ajudando-as a superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Fonte: Brasil,2009

Na área de educação, destacam-se a criação do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**, que é uma ampliação do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)**, e o **Programa Universidade para Todos (Prouni)**, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

A adoção do **sistema de cotas** do Governo Federal, também chamado de **ação afirmativa**, é uma forma de assegurar vagas para determinados grupos sociais historicamente excluídos, criado para dar acesso a negros, índios, deficientes e estudantes de escola pública em universidades.



Foto: Brasil Escola UOL

ex-presidentes brasileiros Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney.<sup>[1]</sup>



Foto: Arquivo Nacional

### Dilma Rousseff

Lula foi sucedido por Dilma Rousseff (1947-) nas eleições de 2010, sendo a primeira presidenta eleita da história do Brasil. Tendo o apoio da maioria do legislativo, a gestão de Dilma prosseguiu com as políticas sociais e econômicas do Governo Lula. Assim, mesmo em um contexto de crise, o Brasil conseguiu atingir o sexto lugar na lista das maiores economias do mundo em 2012, e a presidenta alcançou segundo o IBOPE, 79% de aprovação no início de 2013. (BERNOULLI, p 140, 2023)

O Marco do governo de Dilma Rousseff foi a criação da **Comissão Nacional da Verdade**. Sancionado em 2011, o projeto buscou apurar os casos de violação aos direitos humanos que ocorreram no período entre 1946 e 1988, contemplando especialmente a fase da Ditadura Militar. Deve-se ressaltar, no entanto, que o objetivo da comissão não foi punir os envolvidos nos crimes, mas “efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. De acordo com a presidenta, “a Comissão não obriga ressentimento, ódio nem perdão. Ela só é o contrário do esquecimento”. (BERNOULLI, p 140, 2023)

Outra medida adotada na gestão Dilma foi o **Programa Mais Médicos**, que tinha como objetivo suprir a carência de atendimento médico em algumas regiões do Brasil, especialmente as interioranas. Para tanto, houve a entrada de profissionais estrangeiros no país, como argentinos, portugueses, espanhóis e cubanos. Essa medida, porém, dividiu opiniões: enquanto uma parcela da sociedade apoiou, reafirmando a necessidade de sua aplicação, outras parcelas da população criticaram essa iniciativa, argumentando que o setor de saúde precisa de um maior investimento em infraestrutura e de melhores condições de trabalho aos profissionais que já atuavam no país. (BERNOULLI, p 141, 2023)

O desenvolvimento do **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)** também marcou o governo da presidenta Dilma. O PRONATEC foi criado com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Além disso, o investimento na formação científica também recebeu atenção. O projeto **Ciência sem Fronteiras** foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e sua inovação por meio de intercâmbio de alunos universitários no exterior. (BERNOULLI, p 141, 2023)

Outra medida importante foi a destinação de 75% dos *royalties* de petróleo para a educação e 25% para a saúde, em 2013. A previsão seria de um investimento de R\$ 112 bilhões na educação em 10 anos e R\$ 362 bilhões em 30 anos. Entre 2003 e 2014, foram criadas 18 novas universidades federais e 173 *campus* universitários praticamente duplicando o número de alunos. (BERNOULLI, p 141, 2023)

Resumidamente, durante as presidências de Dilma Rousseff, podemos citar marcos importantes e políticas públicas desenvolvidas no Brasil. Aqui estão alguns destaques:

- **Programa Mais Médicos:** Lançado em 2013, o programa visava levar médicos para regiões carentes e remotas do país, buscando melhorar o acesso à saúde para a população mais vulnerável.
- **Programa Minha Casa, Minha Vida:** Continuação do programa iniciado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Minha Casa, Minha Vida expandiu a política de habitação popular, buscando reduzir o déficit habitacional no país.
- **PAC (Programa de Aceleração do Crescimento):** Iniciado durante o governo de Lula e mantido durante o governo de Dilma, o PAC foi um programa de investimentos em infraestrutura, buscando impulsionar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades regionais.

Em 2013 o governo conheceu uma onda de manifestações populares que tomou o Brasil. A insatisfação não era somente em relação ao governo do Partido dos Trabalhadores-PT, mas ao modelo de representatividade política vigente no país, tanto no âmbito do poder Legislativo quanto no do Executivo (nos níveis federal, estadual e municipal). Dessa maneira, houve queda na popularidade de vários políticos inclusive da presidenta. (BERNOULLI, p 141, 2023)

Desde 1992 com os “caras pintadas”, não havia acontecido no Brasil um movimento de participação popular desta proporção. Isso mostra o aprofundamento da democracia, vez que as reivindicações dos cidadãos os colocam como agentes ativos da História. (BERNOULLI, p 142, 2023)

As eleições de 2014 foram marcadas por uma disputa presidencial bem acirrada. Após as campanhas caracterizadas pelas trocas de acusações e intensa rivalidade entre partidos, a presidenta Dilma Rousseff conseguiu se reeleger derrotando o candidato de oposição no segundo turno com uma pequena margem de diferença. Dilma venceu sob uma disputa acirrada demonstrando as dificuldades que foram vivenciadas no segundo Governo Dilma, que contou com uma forte oposição. (BERNOULLI, p 142, 2023)

Em 2016, Dilma sofreu **impeachment** com base no crime de responsabilidade, por praticar o que ficou conhecido como “pedaladas”, que são manobras fiscais que resultam no atraso de pagamento aos bancos públicos, sem pedir autorização ao Congresso. Dois dias após a saída de Dilma, o Senado aprovou uma lei que aprovava a flexibilização de créditos suplementares sem aval do Congresso, ou seja, “pedaladas” já não eram mais crime. (BERNOULLI, p 142, 2023)



Michel Temer

Quem terminou o mandato de Dilma Rousseff foi o seu vice, Michel Temer que defendia as reformas de caráter liberal, criticadas por falta de legitimidade, uma vez que tais medidas não constavam no programa do Governo Dilma pelo qual ele fora eleito. (BERNOULLI, p 144, 2023)

Temer foi o primeiro presidente denunciado por três vezes pela Procuradoria-Geral da República ainda no desempenho das funções do Executivo, no entanto, por meio de liberação de emendas parlamentares, a Câmara de Deputados não deu sequência nos processos de investigação. De acordo com o IBOPE, ele foi o presidente mais mal avaliado desde a redemocratização, tendo 75% de pessoas que achavam o governo ruim ou péssimo. (BERNOULLI, p 144, 2023)

Entre as medidas realizadas pelo governo estavam:

- **Reforma Trabalhista:** Aprovada em 2017, a reforma trabalhista modificou diversas leis trabalhistas no Brasil, buscando flexibilizar as relações de trabalho e estimular o emprego e o crescimento econômico. As relações trabalhistas passam a privilegiar a negociação entre o patrão e empregado no lugar da legislação, sobre diversos temas como férias e jornada de Trabalho. Questões como a terceirização de serviços também estão envolvidas.
- **Teto de Gastos Públicos:** Emenda Constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos à taxa de inflação, com o objetivo de conter o déficit fiscal e promover a sustentabilidade das contas públicas. Houve o congelamento dos gastos públicos para além do limite da inflação por 20 anos.
- **Reforma da Previdência:** A idade mínima para homens e mulheres passa a ser de 65 anos e o tempo mínimo de contribuição para receber a aposentadoria integral é de 49 anos.
- **Reforma do Ensino Médio:** Medida provisória apresentada traz mudanças que afetam o conteúdo e formato das aulas, e também a elaboração dos vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As principais alterações propostas eram a flexibilização do currículo escolar, a ampliação da carga horária dos alunos, a possibilidade de inserir o ensino técnico já no ensino médio.

As eleições de 2018 foram marcadas pela polarização. O candidato Lula foi preso em abril do mesmo ano, mas que a época do registro na justiça eleitoral ainda podia concorrer ao pleito. Até a decisão da retirada de sua candidatura e a troca pelo professor Fernando Haddad, Lula estava à frente das pesquisas, com ampla margem em relação aos demais candidatos. (BERNOULLI, p 144, 2023)

O deputado Jair Messias Bolsonaro então candidato à presidência ocupou o cargo de deputado federal durante 27 anos e construiu sua campanha à presidência a partir do sentimento antipetista e de um discurso de renovação. As campanhas eleitorais foram marcadas pela larga utilização de mídias sociais e aplicativos de comunicação, com ampla circulação de notícias e vídeos. (BERNOULLI, p 144, 2023)

Jair Bolsonaro recebeu 46% dos votos válidos no primeiro turno e teve de enfrentar o segundo turno contra Fernando Haddad. Às vésperas do segundo turno ele foi esfaqueado enquanto estava em meio a seus eleitores. Jair Bolsonaro venceu as eleições com 55% de votos válidos, ao passo que Haddad como constou 44%. (BERNOULLI, p 144, 2023)



Foto: Arquivo Nacional

Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro (1955-) assumiu a presidência do Brasil em 2019. Ainda na campanha presidencial de 2018, cientistas políticos forjaram o termo “*bolsonarismo*” para caracterizar a forte adesão às ideias propagadas pelo candidato e grupo de apoiadores, fenômeno caracterizado por aspectos populistas, em roupagem nacionalista. A eleição de Jair Bolsonaro pode ser interpretada como uma parte de uma tendência política Internacional de renovação do conservadorismo social, do liberalismo econômico e da centralização política. Tendo-se denominado “Trump brasileiro” em referência a Donald Trump e se encontrado amistosamente o primeiro-ministro da Hungria desde 2010, Bolsonaro representou os valores dessa onda de conservadorismo da

política brasileira. (BERNOULLI, p 145, 2023)

Durante seu mandato, Bolsonaro reduziu as casas ministeriais e criou o **Ministério da Economia**, a partir da junção dos Ministérios da Fazenda, Trabalho, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A pasta foi comandada por Paulo Guedes, economista liberal e um dos expoentes da aprovação de 2019 da **Reforma da Previdência** - iniciada ainda na administração Temer. Além disso, o governo Bolsonaro criou a **Lei de Liberdade Econômica** - reforçando sua característica liberal. Nessa vez estabeleceu as normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica. A Petrobras e a Eletrobrás foram focos das **privatizações**. A primeira teve a maioria de suas ações privatizadas em junho de 2022 e a segunda teve campos de petróleo, refinarias, indústria de óleo e gás privatizados. Outras medidas foram a **flexibilização do uso de armas de fogo e a adoção de uma legislação ambiental menos rígida**. (BERNOULLI, p 145, 2023)



A **pandemia de covid-19** alcançou o Brasil em 2020. Na época, o governo acreditou que o vírus não causaria impactos sérios. O presidente se envolveu em seguidas controvérsias sobre a doença e foi acusado, por CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), de omissões do poder público no combate à pandemia. A pedido da PGR (Procuradoria Geral da República), as acusações contra Jair Bolsonaro foram arquivadas. Segundo o relatório produzido pela Fiocruz, intitulado “Observatório da COVID-19”, o Brasil chegou a 630.000 mortes registradas durante o período da pandemia compreendido entre janeiro de 2020 a janeiro de 2022. Por iniciativa do Poder Legislativo, deputados e senadores aprovaram o **Auxílio Emergencial**, distribuindo uma renda mínima para as famílias vulneráveis que sofreram os impactos da covid-19. Ainda, o governo de Bolsonaro substituiu o **Bolsa Família** pelo **Auxílio Brasil** e o **Minha Casa Minha Vida** pelo programa habitacional **Casa Verde Amarelo**. Mesmo com essas ações, o Senado Federal emitiu um relatório em 2022 afirmando que os 58.7% da população vive em algum grau de insegurança alimentar. (BERNOULLI, p 145, 2023)

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado por **aumento de militares** em cargos civis comissionados do Executivo Federal de 2075 militares em 2018 para 6175 em 2020. (BERNOULLI, p 145, 2023)

Na tentativa de solução da crise previdenciária do país, o governo pressionou pela aprovação da **Reforma da Previdência**. Na reforma, foram aumentados os anos de contribuição e diminuídos os valores de previdência para trabalhadores regulares. (BERNOULLI, p 145, 2023)

Principais marcos do Governo Jair Messias Bolsonaro:

- **Reforma da Previdência:** Aprovada em 2019, a reforma da previdência trouxe mudanças significativas no sistema de aposentadorias, buscando garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário no longo prazo.
- **Programa Verde e Amarelo:** Lançado em 2019, o programa tinha como objetivo estimular a geração de empregos entre os jovens, por meio de medidas como a redução de encargos trabalhistas para empresas que contratassem jovens de 18 a 29 anos.
- **Auxílio Emergencial:** Implementado em 2020 em resposta à pandemia de COVID-19, o auxílio emergencial foi um programa de transferência de renda que beneficiou milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade econômica.

Durante as eleições em 2022, as disputas foram marcadas por grande polarização entre os candidatos. Lula ganhou as eleições com pequena margem de vantagem, fazendo alianças com a direita para a chapa de vice-presidência para ganhar a aceitação dos eleitores. Como estratégia focou na lembrança dos

anos de crescimento do PIB e da renda nacional e diminuição da fome do primeiro Governo Lula, ditando o tom nostálgico de sua campanha. (BERNOULLI, p.147,2023)



Foto: Arquivo Nacional

Luiz Inácio Lula da Silva

O primeiro ano de mandato foi marcado pelo investimento em políticas públicas de aumento das obras de infraestrutura, moradias, transferência de renda, mais repasse para merenda escolar e Escolas em Tempo Integral. Essas ações visam atender a população em situação de vulnerabilidade social. Com a meta de colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento econômico sustentável, combater a fome, as desigualdades e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, o Governo Lula investiu em novas políticas públicas e a retomada de programas que haviam sido descontinuados.

Dessa forma, a gestão do presidente Lula, tem focado na reconstrução social e econômica do Brasil por meio de programas abrangentes. O combate à fome e a expansão do **Bolsa Família** são prioridades, com a inclusão de benefícios adicionais para famílias vulneráveis. Programas habitacionais, como o **Minha Casa, Minha Vida**, também foram retomados, e o **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** impulsiona investimentos em infraestrutura.

Além disso, a gestão aposta na reindustrialização verde, promovendo práticas industriais sustentáveis e na modernização da agricultura por meio do **Plano Safra**. Para atrair investimentos privados, o **Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)** é fortalecido, enquanto a **Política Nacional de Mudança do Clima** busca alinhar o país a metas internacionais de sustentabilidade. **Reformas** como a **tributária** e a **política de preços de combustíveis** visam tornar o sistema econômico mais justo e estável.

Essas iniciativas refletem o objetivo em reduzir desigualdades, fortalecer a economia e garantir um desenvolvimento sustentável, colocando a educação, a ciência e a sustentabilidade ambiental como pilares fundamentais. O Governo Lula busca responder aos desafios atuais com políticas que promovam a inclusão social e o crescimento sustentável. (BERNOULLI, p.147,2023)



### Saiba mais!

As políticas públicas são importantes para todos os cidadãos, embora nem todos saibam quais são os aspectos envolvidos na sua formulação, implementação e avaliação.

Acesse o link e aprenda mais: <https://apps.univesp.br/politicas-publicas/>

## Acompanhe os programas e políticas públicas da gestão atual do governo federal:

**Luz para Todos:** Retomado em 2023 é um programa de universalização de acesso à energia elétrica. O programa leva energia elétrica à população rural, em especial no Norte do país e em regiões remotas da Amazônia Legal. Tem como objetivo garantir a erradicação da pobreza energética e o desenvolvimento social e econômico.

**Bolsa Verde:** Retomado em 2023, o Programa oferece incentivo para a produção sustentável às famílias identificadas no Cadastro Único. O Programa Bolsa Verde foi criado em 2011, mas deixou de ser desenvolvido a partir de 2016. Durante a execução do Plano Brasil sem Miséria, o Bolsa Verde chegou a alcançar mais de 73 mil famílias, tendo 88% de beneficiárias mulheres, e foi muito bem-sucedido quanto à conservação ambiental, sendo que 98% das áreas das famílias tiveram a cobertura vegetal mantida.

**Farmácia Popular:** Recriado em 2023, o Farmácia Popular oferece acesso a medicamentos gratuitos ou com preço subsidiado. A grande inovação foi a gratuidade completa dos 40 medicamentos para 11 doenças concedida aos beneficiários do programa Bolsa Família.

**Escola em Tempo Integral:** O Programa tem como objetivo de ampliar em um milhão de matrículas a oferta de tempo integral nas escolas de educação básica de todo o Brasil. O investimento é de R\$ 4 bilhões.

**Desenrola Brasil:** Programa para incentivar o crescimento da economia a partir da redução do endividamento da população, que atingia quase 80% das pessoas. Para contornar essa situação, o Governo Federal criou o Programa Desenrola Brasil, coordenado pelo Ministério da Fazenda.

**Educação como investimento:** Reajuste de todas as bolsas de estudo, da graduação à pós-graduação, incluindo a qualificação de professores.

**Programa de Alimentação Escolar (PNAE):** Outra ação foi aumentar o repasse de até 39% da União para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), destinados à alimentação nas escolas estaduais e municipais. Com a medida, o orçamento destinado à compra da merenda passou de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões. Em parceria entre União, estados e municípios, o PNAE estipula que ao menos 30% dos recursos sejam destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

**Plano de Ação Brasil sem Fome:** Tem como objetivo, combater a fome e a insegurança alimentar no Brasil. As principais ações visam a expansão do Bolsa Família, distribuição de alimentos em comunidades vulneráveis, apoio à agricultura familiar e incentivo a políticas de segurança alimentar.

**Bolsa Família:** Retomar e ampliar o programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Nessa nova versão tem como novidades a inclusão de um benefício adicional para cada criança de até 6 anos de idade e a garantia de um valor mínimo por família.

**Minha Casa, Minha Vida:** Retomar e expandir o programa habitacional voltado para a construção de moradias populares, tendo como foco priorizar a construção de novas unidades e a conclusão de obras inacabadas, especialmente para famílias de baixa renda.

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):** Investir em infraestrutura para impulsionar o crescimento econômico, tendo como principais áreas de atuação as obras de infraestrutura em transportes, saneamento, habitação, energia, entre outras.

**Política Nacional de Mudança do Clima:** Alinhar o Brasil aos compromissos internacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa. Retomada de políticas de combate ao desmatamento, incentivo à energia renovável e compromissos com metas de redução de emissões.

**Política de Preço dos Combustíveis:** Estabelecer uma nova política de preços para combustíveis que leve em consideração a realidade econômica do país. Redução da volatilidade dos preços e busca por alternativas mais sustentáveis.

**Reforma Tributária:** Simplificar o sistema tributário brasileiro e torná-lo mais justo. Unificação de tributos, redução de impostos sobre o consumo e criação de mecanismos de progressividade tributária.

**Programa Pé de Meia:** O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ele funciona como uma poupança destinada a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de promover a inclusão educacional e estimular a mobilidade social. Ao comprovar matrícula e frequência, o estudante recebe o pagamento de incentivo mensal, que pode ser sacado em qualquer momento. O beneficiário do Pé-de-Meia ainda recebe um valor ao final de cada ano concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio.

## 2.7 Brasil e os desafios no combate à corrupção

O Brasil foi marcado por diversos escândalos de corrupção que abalaram a política e a sociedade. Esses eventos demonstram a magnitude dos problemas de corrupção enfrentados pelo Brasil ao longo dos últimos anos, bem como os esforços para combatê-los por meio de investigações e processos judiciais. No entanto, a persistência desses escândalos também levanta questões sobre a necessidade de reformas institucionais e políticas para fortalecer o sistema de combate à corrupção no país.

O Brasil ainda apresenta índices de **corrupção percebida** aquém do esperado, e a corrupção aqui tem levado a um alto comprometimento do produto, o que resulta em uma pior qualidade de vida para a população. No entanto, as políticas específicas visando ao combate desse mal vêm sendo colocadas em prática há mais de duas décadas.

Conforme dados do *Global Corruption Barometer (GCB) de 2010*, outro indicador também publicado pela *Transparency Internacional*, ajudam a embasar as explicações. Segundo o GCB, ao responderem à questão “nos últimos três anos, como tem mudado o nível de corrupção no Brasil?”, 9% dos entrevistados afirmam que ela diminuiu, 27% afirmam que ela se manteve a mesma e 64% afirmam que ela aumentou. Numa escala de corrupção de 0 a 5 (sendo 0 o menos e 5 o mais corrupto), os entrevistados atribuíram nota de 4,1 aos partidos políticos e ao Congresso, 3,8 à polícia, 3,2 ao Judiciário e 3,1 aos servidores públicos em geral.

Fonte: Combate à corrupção no Brasil: análise sob a ótica da economia da corrupção (Repositório Institucional da ENAP) [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcqlclefindmkaj/https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/5684/1/1-lugar.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/5684/1/1-lugar.pdf)



## TOME NOTA!

Em pesquisa realizada com o objetivo de medir o quanto os cidadãos percebem a corrupção no cotidiano político nacional, em 2024, pela Organização Não Governamental (ONG) *Transparency International*, aponta que o Brasil registrou 34 pontos e a 107ª posição, entre 180 países, no Índice de Percepção da Corrupção. Estas são: a pior nota e a pior colocação do país na série histórica do índice, iniciada em 2012.

O resultado de 2024 significa uma queda de dois pontos e três posições em relação ao ano anterior. E de nove pontos e 38 posições em comparação com as melhores pontuações do país na série histórica — em 2012 e, novamente, em 2014. **Esse indicador denuncia a inobservância no quesito cidadania e a urgência em educar a sociedade para o seu pleno exercício.**

Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em 31/03/2025

## Para refletir: Dia Internacional contra a Corrupção: quando vamos comemorar?

Publicado em 10/12/24 12:33

Artigo originalmente publicado no jornal Estado de Minas, no dia 9 de dezembro de 2024 por Daniel de Sá Rodrigues, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP).

*Muitos são os significados do termo corrupção. Tanto pode indicar a ideia de destruição, como a de mera degradação. No setor público, indica o uso ou a omissão, pelo agente, do poder que lhe é outorgado para obter uma vantagem indevida para si ou para terceiros, relegando a plano secundário os legítimos fins contemplados na norma. Desvio de poder e enriquecimento ilícito são elementos característicos da corrupção.*

*Em 09 de dezembro de 2003, na cidade de Mérida, no México, foi assinada a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, também conhecida como Convenção de Mérida. Seus principais objetivos incluem a promoção e o fortalecimento de medidas para prevenir e combater a corrupção, além da recuperação de ativos, facilitando a cooperação internacional e a assistência técnica entre os países signatários. Desde então, a data de sua assinatura, 9 de dezembro, passou a ser celebrada em todo o mundo como o Dia Internacional de Luta contra a Corrupção. Um dos signatários da convenção, o Brasil a ratificou por meio do Decreto Legislativo nº 348, de 18.05.2005, e a promulgou pelo Decreto Presidencial nº 5.867, de 31 de janeiro de 2006.*

*Passados mais de vinte anos da assinatura da Convenção de Mérida e mais de dezoito anos de sua promulgação no Brasil, ainda precisamos nos perguntar “se” e “o que” temos a comemorar no Dia Internacional de Luta contra a Corrupção no nosso país.*

*A corrupção é notícia cotidiana e, sabe-se, a velha prática da “troca de favores” faz com que muitos casos não sejam noticiados. Favorecimento a agentes públicos e seus familiares e amigos e todas as formas de desmando e abuso por parte daqueles que deveriam garantir o direito fundamental a um governo honesto*



*teimam em não deixar que o Brasil perca a fama de “país do jeitinho”. O combate à corrupção parece enfrentar um movimento pendular permanente, como se vivêssemos numa montanha-russa com suas subidas íngremes e descidas radicais. Momentos de evolução legislativa se seguem a outros de destruição ou tentativa de destruição de instrumentos de combate. E no meio de tudo isso está a população, que é quem mais sofre suas consequências. Educação, saúde, segurança, a corrupção afeta todos os direitos fundamentais, subvertendo seus conceitos e objetivos ou, “simplesmente”, retirando ou desviando os recursos necessários à sua garantia.*

*Assistir passivamente a esse movimento não é mais possível! Não é uma opção! Para além das ações dos órgãos e instituições estatais de controle da gestão pública, é preciso que a sociedade reaja e atue diretamente contra a corrupção. **O controle social - facilitado pelas regras de transparência (mesmo que em alguns casos se tente evitá-la) - e a educação - buscando formar cidadãos mais conscientes na geração presente e nas futuras, que não tolerem desvios de conduta ética que, de alguma forma, internalizados, legitimam a corrupção dos governantes - são poderosos e eficazes instrumentos de ação, ao lado, claro, da plena participação política, sobretudo quando somos chamados a eleger nossos mandatários para exercer o poder, que, lembremos, emana do povo e para ele deve ser exercido!***

*Os órgãos de controle continuarão sua missão institucional, mas é preciso tomar as rédeas desse processo de mudança de paradigma, em busca de uma sociedade mais justa, honesta e íntegra em todos os aspectos. Só assim poderemos, enfim, ter o que comemorar no Dia Internacional de Luta contra a Corrupção!*



### TOME NOTA

Para saber mais sobre mecanismos de Controle Social e Transparência, faça a Trilha de Educação Fiscal: Módulo 4- Gestão Democrática dos Recursos Públicos.

## 3. Estado democrático

Após essa retrospectiva sobre os governantes do Brasil, vamos agora nos concentrar na questão do estado democrático e suas características.

O Estado de Direito é aquele em que os homens são governados pelo poder da lei e não pelo poder de outros homens. A lei é a proposição jurídica que trata igualmente todos que estejam na mesma situação. A vontade da lei se impõe tanto aos particulares como aos agentes do Estado como pessoa de direitos e obrigações. (NOGUEIRA, 1989).

### 3.1 Elementos do Estado

Entende-se o Estado como uma instituição que tem por objetivo organizar a vontade do povo politicamente constituído, dentro de um território definido, tendo como uma de suas características o exercício do poder

coercitivo sobre os membros da sociedade. É, portanto, a organização político-jurídica de uma coletividade, objetivando o bem comum. São elementos do Estado:

- **Poder Político Soberano:** expressa-se como ordenamento jurídico impositivo (o conjunto das normas e leis que regulam o convívio social);
- **Povo:** é o conjunto de cidadãos que instituem e ao mesmo tempo se subordinam ao poder soberano, possuindo direitos iguais perante a lei;
- **Território:** inclui o espaço terrestre, aéreo e aquático e é outro importante elemento do Estado. Mesmo o território desabitado – onde não há interações sociais – é parte do Estado, que sobre ele exerce poder soberano, controlando seus recursos. Ainda que haja sociedade ou até mesmo nação, quando não há território controlado pelo poder soberano, não há Estado;
- **Governo:** corresponde ao núcleo decisório do Estado, encarregado da gestão da coisa pública.

### 3.2 Organização do Estado e dos Poderes

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 1º, dispõe que o Brasil é uma República Federativa, constituída pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e que esses entes têm autonomia política, administrativa e financeira para cuidar dos interesses dos cidadãos.

Para atender às finalidades constitucionais, o Estado brasileiro exerce três funções básicas: legislativa, executiva e judiciária. Essas funções são exercidas primordialmente por instituições do Estado, as quais conhecemos como os três poderes da República, independentes e harmônicos entre si. São eles que governam, isto é, dão rumo ao Estado (art. 2º, CF/88).

PODER JUDICIÁRIO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
<p>É o intérprete do real sentido das leis. É exercido pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal.</p> 	<p>Sua missão é proceder à execução das Leis. É exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado; além dos governadores e secretários nos estados e prefeitos nos municípios.</p> 	<p>Responsável pela elaboração das leis. É exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; inclui-se ainda o Legislativo em nível estadual (Assembleias Legislativas ou Distritais) e municipal (Câmara e Vereadores).</p> 

Fonte: Brasil, 2009

### 3.3 Administração Pública

A **Administração Pública** desenvolve as atividades estatais visando o bem comum. De acordo com a lei, compreende o conjunto de órgãos, funções e agentes públicos, com a finalidade de desenvolver as atividades do Estado, visando a consecução dos interesses coletivos.

A Administração Pública é constituída da seguinte maneira:

- Administração Pública Direta: entidades estatais, como a presidência da República, as Secretarias Estaduais e Municipais;
- Administração Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

A Constituição estabelece, no artigo 37, que as atividades desenvolvidas pela Administração Pública devem obedecer aos seguintes princípios:

- **legalidade:** obediência à lei;
- **impessoalidade:** inexistência de preferências, privilégios ou diferenciações não previstas em lei;
- **moralidade:** princípios éticos de justiça, equidade e probidade;
- **publicidade:** visibilidade e transparência das ações públicas;
- **eficiência:** desempenho satisfatório das atividades, a fim de alcançar os melhores resultados na prestação dos serviços públicos.

### 3.4 Democracia

A democracia, segundo Abraham Lincoln (1809-1865), é o governo do povo, pelo povo e para o povo. É o modo de partilha de poder em que o povo participa da gestão e das decisões fundamentais do Estado.

A democracia não é apenas uma forma de organização governamental, vai muito além. É a forma organizacional do Estado, em que a participação do cidadão é fundamental, numa relação cotidiana entre as pessoas.

### 3.5 Cidadania

Existem vários conceitos que definem o conceito de cidadania. O pedagogo e filósofo Moacir Gadotti (1998), por exemplo, ressalta o aspecto ético do termo, ao defini-lo como a “consciência de direitos e deveres no exercício da democracia”.



SAIBA MAIS

Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, **cidadania** é qualidade ou estado do cidadão. Já cidadão seria o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou **no** desempenho de seus deveres para com este (FERREIRA, 2004).

Fonte: Brasil,2009

Os direitos para a cidadania envolvem:

- **direitos políticos:** referentes à participação do cidadão no governo da sociedade, como a capacidade de se organizar em partidos, de votar e de ser votado. Esses direitos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. Eles conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua base é a ideia de autogoverno;
- **direitos sociais:** garantem a participação na riqueza coletiva. Neles incluem-se os direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

Ainda que a promoção da cidadania esteja presente em vários artigos da Carta Magna, é notório o desconhecimento dos direitos e deveres por parte da população. Diariamente, por exemplo, a mídia estampa práticas de corrupção associadas à “coisa pública”, comportamento advindo de alguns traços culturais que acabaram por conformar nossa identidade, revelando a necessidade de maior transparência e de participação popular no processo decisório e de controle social.



Tome nota!

“Coisa pública” é o conjunto de bens públicos tangíveis (ex: edifícios, investimentos) e intangíveis (ex: educação, segurança pública)

Fonte: Brasil,2009

### 3.6 Direitos Humanos

O tema Direitos Humanos está presente em quase todos os aspectos da vida pública. Isso porque as diversas questões ligadas ao assunto transitam em várias áreas do conhecimento.

Devemos o reconhecimento dos direitos humanos a todas as pessoas, os movimentos, as organizações e os poderes públicos que historicamente lutaram e lutam pela valorização do ser humano. Essas lutas estão refletidas, atualmente, na proteção jurídica nacional e internacional dos **Direitos Humanos**.



Na esfera internacional, os principais documentos existentes para a promoção e defesa dos Direitos Humanos são a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos e seus protocolos adicionais, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e a Convenção Americana dos Direitos Humanos, além de pelo menos 13 convenções ou declarações da Organização das Nações Unidas (ONU) que focalizam temas específicos como racismo, direitos da mulher, criança, trabalhadores

migrantes, tortura, desaparecimentos forçados, povos indígenas e pessoas com deficiência.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 incorporou os direitos consignados na Declaração Universal, assegurando às brasileiras e aos brasileiros que eles sejam garantidos pelo Estado com o apoio de toda a sociedade.

## 4. Estado, economia e desenvolvimento

Você lembrou alguns aspectos da democracia e dos direitos sociais e políticos da cidadania. A partir de agora, você aprenderá sobre as vertentes liberais e neoliberais do governo democrático e seus aspectos.

### 4.1 A crise no liberalismo

A crise econômica de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, seguida de uma profunda recessão mundial, demonstrou a fragilidade do regime econômico liberal de mercado.

De fato, o descontrole econômico provocado pelo regime de plena liberdade de mercado desencadeou graves prejuízos sociais e fortes perturbações políticas que criaram as condições materiais para o surgimento ou fortalecimento de regimes totalitários (o nazismo e o fascismo). A crise levou governantes de diversos países e diferentes orientações políticas à convicção de que somente a forte intervenção estatal poderia atenuar o desemprego e minorar as disparidades de renda.

O economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) foi o grande teórico que advogou uma maior presença do Estado nas economias de mercado.



Keynes atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário-mínimo, do salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho e assistência médica gratuita. O **keynesianismo** ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social.



### SAIBA MAIS

**Keynesianismo** é o conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. Influenciou a renovação das teorias clássicas que acreditavam que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado (SOUZA, 2003).

Fonte: Brasil,2009

## 4.2 Neoliberalismo, globalização e desemprego estrutural

A partir da crise mundial do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária globalizada que surpreendeu os países cujo Estado de Bem-Estar Social já fora consolidado, o liberalismo, gradativamente, voltou à cena, devidamente adaptado à realidade política, econômica e social de um mundo crescentemente globalizado. Nessa nova aplicação, recebeu o nome de neoliberalismo.



### OBSERVE

O neoliberalismo denunciou a inflação como resultado de políticas econômicas e sociais equivocadas, patrocinada pelos Estados. Responsabilizou os impostos elevados e excessivos, junto à regulamentação das atividades econômicas, como os culpados pela queda da produção. O Estado deveria ser desmontado e, gradativamente, desativado, com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais.

Fonte: Brasil,2009

Exemplos de governos que adotaram o neoliberalismo foram os de Margaret Thatcher (1925-2013), na Inglaterra (1979-1990), e de Ronald Reagan (1911-2004), nos Estados Unidos (1981-1989). Apesar disso, os setores estratégicos dessas economias ainda continuam sob significativo protecionismo.

No Brasil, a política neoliberal adotou as medidas preconizadas no Consenso de Washington (1989), da abertura comercial indiscriminada, da desregulamentação dos mercados financeiros com as privatizações e com as novas formas de relações de trabalho.

Os efeitos da intensa **globalização** financeira e do **neoliberalismo** começaram a chamar a atenção da opinião pública mundial quando a recessão econômica abateu alguns espaços da economia americana.



### Importante

Para o geógrafo Milton Santos (2003), a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e que para entendê-la, devemos considerar dois elementos fundamentais: o estado da técnica e o estado da política.

Fonte: Brasil, 2009

Nossa época é caracterizada por uma técnica de altíssima precisão científica, o que favorece um elevado grau de intencionalidade no seu uso. Os atores hegemônicos se apropriam dessa técnica para aumentarem seu poder. Como a técnica se tornou planetária, os atores também se tornaram planetários. Dessa forma, a globalização é uma forma de casamento da técnica com a política, agora exercida pelos atores hegemônicos (grandes transnacionais), e não mais pelos Estados. A técnica hegemônica é a base de dois outros fenômenos também inéditos, que são a informação e o dinheiro globalizados, que tornaram as fronteiras permeáveis, resultando na diminuição do poder interno das nações.

As principais características da globalização são a homogeneização dos centros urbanos, a expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos, a revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, a reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais (não mais ideológicos) e a hibridização entre culturas populares locais e uma cultura de massa universal.

## 4.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH tem como objetivo oferecer um contraponto ao indicador Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado pelo paquistanês Mahbul Haq (1934-1998) com a colaboração do economista indiano Amartya Sen (1933-), ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, geométrica e sintética do desenvolvimento humano, composta das dimensões renda, educação e longevidade.

O IDH foi criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades devem ser o critério principal para avaliar o desenvolvimento de um país, não apenas o crescimento econômico.

A dimensão da saúde é avaliada pela expectativa de vida ao nascer, a dimensão da educação é medida pela média de anos de escolaridade para adultos com 25 anos ou mais e anos esperados de escolaridade para crianças em idade de entrada na escola. A dimensão do padrão de vida é medida pela renda nacional bruta per capita.

O IDH usa o logaritmo da renda para refletir a importância decrescente da renda com o aumento do RNB que mede a renda média dos cidadãos de um país, sendo uma medida do padrão de vida.

O IDH pode ser usado para questionar escolhas de políticas nacionais, perguntando como dois países com o mesmo nível de Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita podem acabar com resultados de desenvolvimento humano diferentes. Esses contrastes podem estimular o debate sobre prioridades de políticas governamentais.

Fonte: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>

❖ O IDH varia de 0 a 1:

- 0 : nenhum desenvolvimento humano
- 1: desenvolvimento humano total.
- 0 a 0,499 baixo desenvolvimento humano.
- 0,5 a 0,799 desenvolvimento médio.
- Acima de 0,8 desenvolvimento alto.

## IDH no Brasil

O Brasil ocupa o número 89 no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), de acordo com novo relatório divulgado em 13/03/2024. A lista possui 193 países, no topo do ranking estão: Suíça, Noruega e Islândia. Ocupam as três últimas posições: República Centro-Africana, Sudão do Sul e Somália, todos no continente africano. (AGÊNCIA BRASIL,2024)

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aponta que os avanços foram profundamente desiguais, após a crise provocada pela pandemia em 2020 e 2021, quando o relatório registrou pela primeira vez quedas nos índices globais. (AGÊNCIA BRASIL,2024).

Países ricos experimentam níveis recorde de desenvolvimento humano. Por outro lado, entre os 35 países menos desenvolvidos, 18 ainda não retornaram aos níveis de 2019. (AGÊNCIA BRASIL,2024)

## Índices de desenvolvimento humano

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão sobre o planeta	
	Valor	Valor	Perda global (%)	Valor	Grupo	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Valor	Diferença do valor do IDH (%)
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2011-2022	2011-2022	2011-2022	2022	2022
<b>Desenvolvimento humano muito elevado</b>												
1 Suíça	0,967	0,891	7,9	0,971	2	0,018	3	..	..	..	0,826	14,6
2 Noruega	0,966	0,903	6,5	0,986	1	0,012	2	..	..	..	0,808	16,4
3 Islândia	0,959	0,910	5,1	0,975	1	0,039	9	..	..	..	0,806	16,0
4 Hong Kong, China (RAE)	0,956	0,840	12,1	0,972	2	..	..	..	..	..	..	..
5 Dinamarca	0,952	0,898	5,7	0,981	1	0,009	1	..	..	..	0,839	11,9
5 Suécia	0,952	0,878	7,8	0,983	1	0,023	4	..	..	..	0,839	11,9
7 Alemanha	0,950	0,881	7,3	0,966	2	0,071	19	..	..	..	0,833	12,3
7 Irlanda	0,950	0,886	6,7	0,991	1	0,072	20	..	..	..	0,814	14,3
9 Singapura	0,949	0,825	13,1	0,991	1	0,036	8	..	..	..	0,745	21,5
10 Austrália	0,946	0,860	9,1	0,978	1	0,063	17	..	..	..	0,763	19,3
10 Países Baixos	0,946	0,885	6,4	0,960	2	0,025	5	..	..	..	0,796	15,9
12 Bélgica	0,942	0,878	6,8	0,975	1	0,044	11	..	..	..	0,803	14,8
12 Finlândia	0,942	0,886	5,9	0,989	1	0,032	6	..	..	..	0,787	16,5
12 Listenstaine	0,942	..	..	0,949	3	..	..	..	..	..	..	..
15 Reino Unido	0,940	0,865	8,0	0,976	1	0,094	28	..	..	..	0,846	10,0
16 Nova Zelândia	0,939	0,856	8,8	0,970	2	0,082	23	..	..	..	0,814	13,3
17 Emirados Árabes Unidos	0,937	0,859	8,3	0,986	1	0,035	7	..	..	..	0,688	26,6
18 Canadá	0,935	0,864	7,6	0,988	1	0,069	18	..	..	..	0,726	22,4
19 Coreia (República da)	0,929	0,841	9,5	0,948	3	0,062	16	..	..	..	0,775	16,6
20 Luxemburgo	0,927	0,839	9,5	0,993	1	0,043	10	..	..	..	0,685	26,1
<b>Desenvolvimento humano baixo</b>												
189 Chade	0,394	0,238	39,6	0,776	5	0,671	163	0,517	84,2	61,4	0,382	3,0
189 Níger	0,394	0,262	33,5	0,826	5	0,609	154	0,601	91,0	66,1	0,389	1,3
191 República Centro-Africana	0,387	0,237	38,8	..	..	..	..	0,461	80,4	57,4	0,383	1,0
192 Sudão do Sul	0,381	0,222	41,7	..	..	..	..	..	..	..	0,376	1,3
193 Somália	0,380	..	..	0,769	5	0,674	164	..	..	..	0,376	1,1

## Índices de desenvolvimento humano

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)			IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desigualdade de Gênero		Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão sobre o planeta	
	Valor 2022	Valor 2022	Perda global (%) 2022	Valor 2022	Grupo 2022	Valor 2022	Classificação 2022	Valor 2022	Classificação 2022	Valor 2011-2022	Contagem de pessoas (%) 2011-2022	Intensidade da privação (%) 2011-2022	Valor 2022	Diferença do valor (IDH (%)) 2022
<b>Desenvolvimento humano elevado</b>														
70	Bulgária	0,799	0,703	12,0	0,995	1	0,206	53	..	..	..	0,720	9,9	
71	Palau	0,797	0,633	20,6	1,007	1	..	..	..	..	..	..	..	
72	Maurícia	0,796	0,625	21,5	0,976	1	0,369	87	..	..	..	..	..	
73	Granada	0,793	..	..	0,976	1	..	..	..	..	..	..	..	
74	Albânia	0,789	0,687	12,9	0,977	1	0,116	34	0,003	0,7	39,1	0,747	5,3	
75	China	0,788	0,662	16,0	0,962	2	0,186	47	0,016	3,9	41,4	0,679	13,8	
76	Armênia	0,786	0,721	8,3	1,026	2	0,198	50	0,001	0,2	36,2	0,752	4,3	
77	México	0,781	0,641	17,9	0,979	1	0,352	84	0,016	4,1	40,5	0,734	6,0	
78	Irão (República Islâmica do)	0,780	0,584	25,1	0,880	5	0,484	121	..	..	..	0,715	8,3	
78	Sri Lanca	0,780	0,630	19,2	0,947	3	0,376	90	0,011	2,9	38,3	0,762	2,3	
80	Bósnia-Herzegovina	0,779	0,667	14,4	0,952	2	0,148	40	0,008	2,2	37,9	0,710	8,9	
81	São Vicente e Granadinas	0,772	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
82	República Dominicana	0,766	0,627	18,1	1,029	2	0,433	107	0,009	2,3	38,8	0,732	4,4	
83	Equador	0,765	0,630	17,6	0,990	1	0,371	89	0,008	2,1	38,0	0,733	4,2	
83	Macedônia do Norte	0,765	0,679	11,2	0,950	2	0,134	38	0,001	0,4	38,2	0,715	6,5	
85	Cuba	0,764	..	..	0,973	2	0,300	73	0,003	0,7	38,1	0,740	3,1	
86	Moldávia (República da)	0,763	0,698	8,5	1,033	2	0,156	41	0,004	0,9	37,4	0,731	4,2	
87	Maldivas	0,762	0,597	21,7	0,976	1	0,328	76	0,003	0,8	34,4	..	..	
87	Peru	0,762	0,607	20,3	0,952	2	0,360	85	0,026	6,6	38,9	0,733	3,8	
89	Azerbaijão	0,760	0,707	7,0	0,961	2	0,329	77	..	..	..	0,719	5,4	
89	<b>Brasil</b>	<b>0,760</b>	<b>0,577</b>	<b>24,1</b>	<b>1,000</b>	<b>1</b>	<b>0,391</b>	<b>94</b>	<b>0,016</b>	<b>3,8</b>	<b>42,5</b>	<b>0,702</b>	<b>7,6</b>	
91	Colômbia	0,758	0,568	25,1	0,998	1	0,392	95	0,020	4,8	40,6	0,725	4,4	
92	Líbia	0,746	..	..	0,988	1	0,266	65	0,007	2,0	37,1	0,661	11,4	
93	Argélia	0,745	0,588	21,1	0,881	5	0,460	114	0,005	1,4	39,2	0,702	5,8	
94	Turquemenistão	0,744	..	..	..	..	..	..	0,001	0,2	34,0	0,662	11,0	
95	Guiana	0,742	..	..	0,992	1	0,416	104	0,007	1,8	39,3	..	..	
96	Mongólia	0,741	0,645	13,0	1,032	2	0,297	72	0,028	7,3	38,8	0,619	16,5	
97	Domínica	0,740	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
98	Tonga	0,739	0,654	11,5	0,996	1	0,462	115	0,003	0,9	38,1	..	..	
99	Jordânia	0,736	0,615	16,4	0,863	5	0,449	111	0,002	0,4	35,4	0,706	4,1	
100	Ucrânia	0,734	0,676	7,9	1,021	1	0,188	48	0,001	0,2	34,4	0,685	6,7	
101	Tunísia	0,732	0,574	21,6	0,928	3	0,237	59	0,003	0,8	36,5	0,701	4,2	

Fonte: PNUD,2024. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24overviewpt.pdf>

### Definições

#### Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

É um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno.

#### Esperança de vida à nascença

É o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

#### Média de anos de escolaridade

Número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.



### **Anos de escolaridade esperados**

Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevaletentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida.

### **Rendimento nacional bruto (RNB ou *GNI-Gross National Income*) per capita**

Mede a renda média dos cidadãos de um país, sendo uma medida do padrão de vida.

Rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e posse dos fatores de produção, deduzido dos rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertido para dólares internacionais usando as taxas de paridade de poder de compra (PPC) e dividido pela população a meio do ano.

### **Classificação do RNB e do IDH**

Classificação do RNB per capita menos a classificação do IDH: Um valor negativo significa que o país está mais bem classificado no RNB do que no IDH.

### **IDH de não rendimento**

Valor do IDH calculado somente a partir dos indicadores da esperança de vida e da educação.

### **IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)**

O valor do IDH ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para saber mais sobre o cálculo do IDH

### **Perda global**

Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

### **Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero**

Valores proporcionalidade de feminino/masculino do IDH.

### **Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero**

Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH.

**Grupo 1:** países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%;

**Grupo 2:** países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%;

**Grupo 3:** países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%;

**Grupo 4:** países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%;

**Grupo 5:** países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

### Índice de Desigualdade de Gênero

Uma avaliação compósita que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho.

### Índice de Pobreza Multidimensional

Proporção da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento.

## Human Development Index and its components

HDI RANK	Human Development Index (HDI)	SDG 3 Life expectancy at birth	SDG 4.3 Expected years of schooling	SDG 4.4 Mean years of schooling	SDG 8.5 Gross national income (GNI) per capita	GNI per capita rank minus HDI rank	HDI rank	
	Value	(years)	(years)	(years)	(2017 PPP \$)	2022 <sup>a</sup>	2021	
<b>Very high human development</b>								
1	Switzerland	0.967	84.3	16.6	13.9 <sup>c</sup>	69,433	6	1
2	Norway	0.966	83.4	18.6 <sup>d</sup>	13.1 <sup>c</sup>	69,190	6	2
3	Iceland	0.959	82.8	19.1 <sup>e</sup>	13.8	54,688	16	4
4	Hong Kong, China (SAR)	0.956	84.3	17.8	12.3	62,486	6	3
5	Denmark	0.952	81.9	18.8 <sup>d</sup>	13.0	62,019	6	8
5	Sweden	0.952	83.5	19.0 <sup>d</sup>	12.7 <sup>c</sup>	56,996	10	5
7	Germany	0.950	81.0	17.3	14.3	55,340	11	7
7	Ireland	0.950	82.7	19.1 <sup>d</sup>	11.7 <sup>c</sup>	87,468 <sup>e</sup>	-3	9
9	Singapore	0.949	84.1	16.9	11.9	88,761 <sup>e</sup>	-6	10
10	Australia	0.946	83.6	21.1 <sup>d</sup>	12.7	49,257	14	5
<b>High human development</b>								
70	Bulgaria	0.799	71.5	13.9	11.4	25,921	-12	70
71	Palau	0.797	65.4	17.2 <sup>a</sup>	13.0 <sup>a</sup>	19,344 <sup>f</sup>	-2	64
72	Mauritius	0.796	74.0	14.6	10.0 <sup>b</sup>	23,252	-12	72
73	Grenada	0.793	75.3	16.6 <sup>c</sup>	9.9 <sup>f</sup>	13,593	18	73
74	Albania	0.789	76.8	14.5	10.1 <sup>b</sup>	15,293	7	74
75	China	0.788	78.6	15.2 <sup>c</sup>	8.1 <sup>c</sup>	18,025	0	74
76	Armenia	0.786	73.4	14.4	11.3	15,388	4	79
77	Mexico	0.781	74.8	14.5	9.2	19,138	-7	83
78	Iran (Islamic Republic of)	0.780	74.6	14.1	10.7 <sup>c</sup>	14,770	10	77
78	Sri Lanka	0.780	76.6	13.6 <sup>c</sup>	11.2	11,899	24	76
80	Bosnia and Herzegovina	0.779	75.3	13.3	10.5	16,571	-3	77
81	Saint Vincent and the Grenadines	0.772	69.0	16.3 <sup>c</sup>	11.0 <sup>b</sup>	14,049	9	80
82	Dominican Republic	0.766	74.2	13.6	9.2 <sup>c</sup>	18,653	-9	84
83	Ecuador	0.765	77.9	14.9	9.0	10,693	25	90
83	North Macedonia	0.765	73.9	13.0	10.2	16,396	-5	82
85	Cuba	0.764	78.2	14.5	10.5 <sup>c</sup>	7,953 <sup>g</sup>	40	92
86	Moldova (Republic of)	0.763	68.6	14.9	11.8 <sup>c</sup>	12,964	8	81
87	Maldives	0.762	80.8	12.2 <sup>c</sup>	7.8 <sup>c</sup>	18,847	-16	88
87	Peru	0.762	73.4	14.8 <sup>c</sup>	10.0 <sup>c</sup>	11,916	14	86
89	Azerbaijan	0.760	73.5	12.7	10.6 <sup>c</sup>	15,018	-7	95
89	Brazil	0.760	73.4	15.6	8.3 <sup>c</sup>	14,616	0	84
91	Colombia	0.758	73.7	14.4	8.9	15,014	-8	89
92	Libya	0.746	72.2	14.0 <sup>f</sup>	7.8 <sup>c</sup>	19,752	-25	90

Fonte: PNUD, 2024

<https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24overviewpt.pdf>

## Notícias:

### PIB cresce 3,4% em 2024 e fecha o ano em R\$ 11,7 trilhões.

Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42774-pib-cresce-3-4-em-2024-e-fecha-o-ano-em-r-11-7-trilhoes>

### Brasil deve crescer 2,2% em 2025, aponta Banco Mundial

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-01/brasil-deve-crescer-22-em-2025-aponta-banco-mundial>

## 4.4 Educação e cidadania – um binômio necessário

Conforme Morin (2024), no exercício de aprendizagem e convívio, deve-se gravar em cada indivíduo:

- a consciência antropológica, que reconhece a unidade na diversidade;
- a consciência ecológica, isto é, a consciência de habitar, com todos os seres mortais, a mesma esfera viva (biosfera): reconhecer que a união consubstancial com a biosfera conduz ao abandono do sonho prometeico do domínio do universo para nutrir a aspiração de convivalidade sobre a terra;
- a consciência cívica terrena, isto é, da responsabilidade e da solidariedade para com os filhos da terra;
- a consciência espiritual da condição humana, que decorre do exercício complexo do pensamento e que permite, ao mesmo tempo, criticar mutuamente, autocriticar e compreender mutuamente.

### Importante

Reflexões para se repensar a educação do futuro, por Morin (2024):

1. As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão
2. Os princípios do conhecimento pertinente
3. Ensinar a condição humana
4. Ensinar a identidade terrena
5. Enfrentar as incertezas
6. Ensinar a compreensão
7. A ética do gênero humano



## 5. Ética

Vamos agora pensar sobre a questão da ética e seus desafios. Acompanhe o conteúdo a seguir.

### 5.1 Entendendo o que é ética – diferença entre ética e moral

Segundo Vasquez (2008), moral é vocábulo derivado do latim *mores* e significa “costumes praticados habitualmente numa sociedade”, enquanto ética deriva de *ethos*, vocábulo grego que remete à ideia de “caráter ou modo de ser reflexivo do homem inserido na comunidade”. A ética é a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade. É a reflexão sobre o *mores*, sobre os hábitos adotados nas relações humanas, é a filosofia da moral

Como disciplina teórica, a ética procura tratar criticamente o comportamento dos seres humanos considerado em sua totalidade e diversidade: “O que nela se afirme sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna” (VÁSQUEZ, 2008).

O desafio maior dos nossos dias é forjar uma cidadania universal na qual todos os seres humanos se sintam e se saibam cidadãos, ou seja, precisamos aceitar a impossibilidade de um universalismo moral absoluto, que imporia valores detalhados para todos os povos e as comunidades e, simultaneamente, não aceitar o relativismo e o ceticismo éticos, que acarretam um vale-tudo aético, bem presente nas atuais sociedades liberais.

Para sair desse impasse, muitos autores propõem um **mínimo ético**. Como afirma a filósofa espanhola Adela Cortina (2009), quando falamos de moral, acabamos estendendo o pluralismo ao fenômeno moral em sua totalidade. Mas essa extensão é improcedente, pois, apesar de nossa vontade tolerante,

somos intolerantes, por exemplo, com a tortura, com a calúnia e a opressão, ao passo que exigimos – sem admitir posição contrária alguma – que se respeite e se potencie a liberdade e a igualdade.

Em uma sociedade plural, como a contemporânea, é essencial que sejamos capazes de construir um projeto ético que permita conciliar as exigências irrenunciáveis de justiça com a diversidade dos diferentes projetos de vida. Os variados códigos morais devem abrir um diálogo sobre um mínimo comum de valores que seja defendido por todos os códigos e todos os seres humanos.



### SAIBA MAIS

O filósofo Emanuel Kant (1724-1804) fornece uma boa ferramenta teórica para esclarecer esse debate acerca do mínimo ético. Ele propõe uma regra básica para avaliar se nossa conduta é ética ou não, o imperativo categórico: “Age de tal modo que a máxima da tua ação se possa tornar princípio de uma legislação universal”.

Fonte: Brasil 2009

São duas as grandes perguntas que traduzem a preocupação ética:

- a pergunta pelo bem positivo – que podemos fazer para alcançar a felicidade? (ética da vida boa);
- a pergunta pela necessária manutenção desse bem positivo – que devemos fazer para que todo homem possa alcançar a felicidade? (ética do dever).

Para a filósofa brasileira Marilena Chauí (2000), o campo ético é constituído por dois polos que se inter-relacionam: o **agente ou sujeito moral** e os **valores morais ou as virtudes éticas**.

Ter conduta ética é se colocar na perspectiva do outro. É agir com a firme e desinteressada intenção de suavizar a aflição dos que sofrem. É ter sabedoria e humildade para entender que o homem só se realiza como ser humano pelo olhar do outro, que o molda e o define.

Portanto, ser ético é:

- ser consciente de si e dos outros;
- ser capaz de refletir antes de agir e de reconhecer os outros como sujeitos éticos à sua semelhança; o agir ético se completa na pessoa do outro;
- ser dotado de vontade;
- ser capaz de conter impulsos (desejos) e agir segundo a razão (consciência), decidindo entre as alternativas possíveis por aquela que realiza o bem mais elevado a ser tutelado;
- ser responsável;
- ser capaz de avaliar as consequências da ação não só para si, mas para todos os que serão afetados pelo agir, assumindo as consequências e respondendo por elas;
- ser livre, que, por um lado, é não se submeter a poderes externos que lhe forcem ou causem constrangimento; por outro, é desenvolver a capacidade de agir com autonomia. Autogovernar-se, traçando, para si mesmo, as regras que presidirão sua conduta.





## 5.2 O Estado que desejamos

Na idealização do Estado que se deseja, pode-se observar os princípios e valores éticos contidos na Carta da Terra, elaborada sob a coordenação do Conselho da Terra e a Cruz Verde Internacional e subscrita por mais de 4.600 organismos governamentais e organizações internacionais.

A Carta da Terra parte de uma visão ética integradora e holística que considera as interdependências entre pobreza, degradação ambiental, injustiça social, conflitos étnicos, paz, democracia, ética e crise espiritual.

A Carta da Terra está concebida como uma declaração de princípios éticos fundamentais e como um roteiro prático de significado duradouro, amplamente compartilhado por todos os povos. De forma similar à Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a Carta da Terra será utilizada como um código universal de conduta para guiar os povos e as nações na direção de um futuro sustentável.



### SAIBA MAIS

Trata-se de uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Objetiva inspirar todos os povos a “um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada, buscando o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação” (CARTA, 2014).

Os signatários da Carta da Terra preocupam-se com a transição para maneiras sustentáveis de vida e desenvolvimento humano também sustentável. Reconhecem que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Consequentemente oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável.

## 6. Educação fiscal: Cidadania, Escola e o Currículo

### 6.1 Educação Fiscal, Democracia e Constituição Federal



#### Preâmbulo

*Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.*

#### Dos Título I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

**III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", trouxe mudanças significativas ao panorama político, social e econômico do Brasil. Ela marca um marco importante na relação entre desigualdade, redução da pobreza e democracia no país.

Historicamente, foi elaborada após o fim da ditadura militar, representando uma transição crucial para a democracia. Ela reforçou a importância da participação popular, com a criação de mecanismos como plebiscitos, referendos e a iniciativa popular de leis. Esse fortalecimento da democracia visa garantir que todos os cidadãos tenham voz nas decisões políticas, o que é essencial para abordar desigualdades e promover justiça social.

Dessa forma, a Constituição de 1988 incluiu uma série de direitos sociais e econômicos, com o objetivo de reduzir a pobreza e promover o bem-estar da população. Entre os direitos garantidos podemos citar a saúde, a educação e a seguridade social.

Na área da saúde, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) garantiu o direito universal à saúde, um passo importante para reduzir a desigualdade no acesso aos serviços médicos. A educação básica tornou-

se um direito de todos, e o Estado passou a ter a responsabilidade de garantir seu acesso e na seguridade social.

Ainda, a Constituição ampliou a rede de proteção social, incluindo a previdência social e o seguro-desemprego, que são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade econômica.

A Constituição de 1988 reconhece a desigualdade como um problema estrutural que precisa ser combatido. Para isso, ela estabeleceu os direitos trabalhistas com a formalização de direitos como o salário-mínimo, a jornada de trabalho e o descanso semanal visa melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, reduzir as desigualdades econômicas. Ainda, abriu espaço para iniciativas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades como as políticas de cotas raciais e sociais tenham se desenvolvido.

Ainda a Constituição prevê a progressividade do sistema tributário, mecanismo pelo qual aqueles que têm maior capacidade econômica devem contribuir mais, promovendo uma redistribuição de renda mais justa.

Podemos concluir que apesar dos avanços, a implementação plena dos direitos e princípios da Constituição de 1988 tem enfrentado desafios. A desigualdade permanece uma questão crítica, exacerbada por fatores como corrupção, má gestão pública e crises econômicas. Além disso, as políticas de redução da pobreza nem sempre foram suficientes para enfrentar as raízes profundas da desigualdade no Brasil.

Apesar disso, devemos reconhecer que a Constituição Federal de 1988 representa um marco na promoção da democracia, na redução da pobreza e no combate à desigualdade no Brasil. Ela estabeleceu a base legal para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, sua efetiva implementação depende de um compromisso contínuo com os princípios democráticos, com políticas públicas eficazes e com a participação ativa da sociedade na defesa dos seus direitos.

## 6.2 Educação Fiscal e o compromisso com os Princípios democráticos

Conceitualmente a Educação Fiscal conduz à compreensão sobre os tributos, sua arrecadação, tipologia e destinação, e, conseqüentemente, ensina sobre direitos e deveres fiscais dos cidadãos. O conhecimento leva à reflexão, se esses recursos são aplicados adequadamente, geram melhorias na qualidade de vida e melhorias para a sociedade de maneira geral. Entende-se, portanto, que o saber sobre os conceitos de Educação Fiscal a partir da sensibilização sobre temas como a função social dos tributos, participação e responsabilidade social, fortalecem a democracia, bem como a cidadania, pelo poder de transformar as relações sociais e garantir o direito a uma vida mais digna e mais justa para todos os brasileiros.

Por sua vez, a democracia exige duas condições básicas e simples:

Todo imposto tem que ser criado por lei, ou seja, um governo só pode exigir um imposto depois que os representantes eleitos diretamente pelo povo tenham autorizado sua cobrança, a forma e a carga de sua exigência.

Todo gasto público precisa ser autorizado por lei, ou seja, um governo só pode aplicar o dinheiro público depois que os mesmos representantes eleitos pelo povo autorizem prévia e expressamente, por meio do orçamento, como os recursos serão aplicados.

## TÍTULO I



### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a **cidadania**;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o **exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente**, nos termos desta Constituição.

A frase "**Todo o poder emana do povo**", que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" é um dos pilares da Constituição Federal de 1988. Ela está contida no parágrafo único do artigo 1º da Constituição e reflete a essência do sistema democrático, onde a soberania popular é a base de todo o poder político.

A expressão: Poder Emanado do Povo sublinha o princípio da soberania popular, indicando que o poder político em um Estado democrático pertence ao povo. Isso significa que o povo é a fonte legítima de autoridade governamental. Assim os governantes e as instituições públicas só têm legitimidade democrática para exercer o poder porque são escolhidos ou aprovados pelo povo.

### O Exercício do Poder e os Representantes Eleitos

Na prática, o povo exerce esse poder principalmente através de eleições, escolhendo seus representantes no Legislativo e no Executivo. Esses representantes são eleitos para tomar decisões em nome do povo, formulando e implementando políticas públicas.

Além das eleições, a Constituição de 1988 também prevê formas de exercício direto do poder pelo povo, como plebiscitos, referendos e iniciativa popular de leis. Esses mecanismos permitem que os cidadãos participem diretamente de decisões importantes, sem intermediários.

A Constituição assegura que as eleições sejam realizadas de forma periódica e regular, garantindo a renovação do mandato dos representantes e permitindo ao povo reafirmar ou mudar suas escolhas. As eleições são baseadas no princípio do sufrágio universal e do voto secreto, onde cada cidadão tem o direito de votar livremente e de forma igual, sem sofrer discriminação ou coerção.

As eleições são uma forma de controle popular sobre os governantes, pois o povo tem o poder de retirar do cargo aqueles que não correspondem às expectativas ou que não cumpriram suas promessas.

Portanto a frase do artigo 1º da Constituição Federal de 1988 encapsula o princípio central da democracia brasileira: que todo o poder pertence ao povo. As eleições são o principal mecanismo por meio do qual o povo exerce esse poder, seja elegendo seus representantes, seja participando diretamente das decisões políticas. Este princípio é fundamental para garantir que o governo permaneça responsável e responsivo às necessidades e aspirações da sociedade.

### **Controle Social e Participação Popular**

Conforme já mencionamos, todo gasto público precisa ser autorizado por lei, ou seja, um governo só pode **aplicar o dinheiro público depois que os mesmos representantes eleitos pelo povo autorizem prévia e expressamente, por meio do orçamento, como os recursos serão aplicados.**

### **Noções de Participação e Controle Social**

Assim, acompanhar as contas públicas é um direito elementar da cidadania e um pilar da responsabilidade social. Cabe ao cidadão reivindicar e participar ativamente das decisões dos governos e dos legislativos sobre os recursos públicos.

O controle não deve se reduzir à mera fiscalização burocrática. Os cidadãos podem pressionar o poder público para que dê transparência a seus atos. Assim, lhes será permitido avaliar o desempenho da gestão e cobrar eventuais irregularidades cometidas, bem como a responsabilidade das autoridades e agentes políticos.

A democracia pressupõe que a sociedade civil participe efetivamente desde a elaboração até a execução do orçamento público. Assim o tema educação fiscal, desenvolvido neste módulo, é um instrumento fundamental para o exercício dessa liberdade democrática.

A participação da sociedade brasileira no acompanhamento das políticas públicas é um direito que está previsto na Constituição Federal de 1988. Assim, a participação social na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo, o chamado controle social é garantido pela nossa Constituição Cidadã.

A participação pode ocorrer por meio de diversos canais. Os mais comuns são os conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios (Conselhos de Assistência Social, de Saúde, de Educação).

### Quais as formas de participação social?

No poder Legislativo os cidadãos podem participar por meio do voto. Ao eleger seus representantes você está confiando a ele o papel de lutar pelos seus direitos de cidadão;

No poder Judiciário a participação popular pode ocorrer quando você é convocado a participar de um júri popular para julgar crimes dolosos contra a vida; e

No poder Executivo a participação popular ocorre por meio dos conselhos e comitês gestores de políticas públicas.

O conselho que você faz parte só existe porque esse espaço foi conquistado e hoje a maioria das políticas e programas implementados pelo Governo exige o controle social para garantir o acesso das pessoas para as quais os programas foram criados.

As ações do governo estão sujeitas ao controle público que pode ser o controle social ou o controle institucional. O controle social é o controle das ações do Estado pela sociedade civil que pode participar dos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, por meio de conselhos e comitês.

O controle social é o controle das ações do Estado pela sociedade civil que pode participar dos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, por meio de conselhos e comitês.

A grande contribuição dos conselhos é a possibilidade de dar maior transparência às ações do Estado e favorecer uma justa distribuição dos recursos públicos, com menos desperdício e maior eficiência nos serviços prestados. Outros exemplos de controle social são as conferências, as audiências públicas, a ação popular e a ação civil pública.

Já o controle institucional, previsto nos artigos 70 e 71 da Constituição Federal, é formado por instituições internas e externas. As internas são as ouvidorias e os setores de controle interno como a Controladoria-Geral da União; as externas são os Tribunais de Contas. É importante conhecer as instâncias e instrumentos de controle público e saber como os conselhos podem se articular com eles. Cada um deles tem funções específicas determinadas pela lei e a existência de um não anula a do outro. Pelo contrário, eles se somam.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Papel do Controle Social na gestão do Programa Bolsa Família. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Informes/Informe%20180.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%20180.pdf)> Acesso em: 21/08/2024.

## 6.3 Como seria um dia sem Estado

Em 2008, o professor de Direito Penal da PUCRS e então procurador da República, **Luciano Feldens**, escreveu o artigo abaixo, contrapondo-se ao movimento "um dia sem imposto".



*“Preconizou-se, dias atrás, "um dia sem imposto". Pagar imposto não é algo que dê prazer. Especialmente quando assistimos a recorrentes escândalos políticos envolvendo apropriação e desvio de dinheiro público. Quando falham as instituições de controle, então, como anotou Zero Hora em recente editorial, a indignação se avoluma. E o ápice do desgosto parece estar na constatação de que não perceberemos o retorno prestacional para a parcela que aportamos em impostos. Sobre isso, é preciso esclarecer algo: nós, assinantes de Zero Hora, ocupantes de uma posição socioeconômica privilegiada, jamais receberemos do Estado, individualmente, uma contraprestação na exata proporção do que pagamos. E isso é assim, infelizmente, porque deve ser. A Constituição de 1988 fixa como objetivos fundamentais da República a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3º). A única maneira de cumpri-los em uma sociedade altamente estratificada a exemplo da nossa, em que o Estado não produz riqueza, é mediante a capilarização de um percentual dos recursos de quem a produz, destinando-o ao financiamento de políticas sociais que aproveitam, em especial, às camadas socioeconômicas inferiores.*

*Diferentemente do que ocorre em um condomínio, onde cada morador cumpre com sua cota e os serviços são coletivamente devolvidos na medida do orçamento ajustado (limpeza, manutenção, segurança), no domínio social a situação é bastante diferente. Nem todos são pagadores. A maciça maioria não é. Isso significa que pagamos por outros e para outros. Essencialmente para aqueles que, se não fosse a presença do Estado no financiamento e na gestão da saúde e da educação públicas, por exemplo, jamais teriam minimamente satisfeitas essas condições elementares de dignidade humana; à diferença de nós, eles não têm a alternativa do setor privado...*

*Em termos de política social, sempre se poderá fazer melhor. Muito melhor, talvez. Seja como for, enquanto persistir essa profunda desigualdade, a fórmula da redistribuição implicará, sempre, que paguemos mais do que individualmente possamos almejar em troca.*

*Assim, além de um dia sem imposto, talvez pudéssemos também cogitar: que tal "um dia sem Estado"? Recentemente, os Estados Unidos presenciaram esse dia, quando da passagem do furacão que assolou New Orleans, levando à total paralisia dos serviços estatais de socorro (bombeiros, ambulâncias, polícias). Resultado: além da potencialização da tragédia em si, um aumento vertiginoso de roubos, estupros e homicídios. No Brasil, se esse "dia sem Estado" vingar, pretendo não sair de casa. E por um exercício hipotético de solidariedade mesclada com egoísmo, vou torcer para que esse dia não seja aquele no qual está agendada, há meses, pelo SUS, a sessão de quimioterapia de minha empregada doméstica. Ela depende do sistema público de saúde (Estado). E eu dependo dela.”*

Fonte: <https://blogdoprofluismoreira.blogspot.com/2017/03/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>

A abordagem reflexiva do autor levanta algumas questões interessantes do ponto de vista da realidade brasileira.

No Brasil, dada a estrutura do sistema tributário, todos pagam impostos, inclusive aqueles de menor renda que, proporcionalmente, pagam mais dado o sistema tributário altamente regressivo do nosso país. Outro ponto importante neste debate é o fato de o Brasil possuir um alto índice de desigualdade social.

Considerando o papel constitucional do Estado brasileiro na promoção da redução das desigualdades sociais, um dia sem impostos é um dia sem Estado, e por consequência é dia sem solidariedade, já que se deixa de pensar nos 90% da população brasileira que dependem exclusivamente de serviços públicos essenciais como saúde e educação além de alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, etc.

Costuma-se “comemorar” no Brasil, em 02 de junho o dia sem impostos, mas o que, de fato, se comemora nesse dia? Vamos aprofundar a análise desse tema.

Fonte: \*Marco Tulio da Silva, auditor fiscal, advogado, economista, membro do grupo de pesquisa na PUC-Minas, *Finanças Públicas Brasileiras, igualdade e democracia*  
Disponível em:< [https://www.sindifisco-rs.org.br/interna.php?secao\\_id=12&campo=9926819](https://www.sindifisco-rs.org.br/interna.php?secao_id=12&campo=9926819)>. Acesso em 21/08/2024

*“Na era moderna, toda sociedade organizada tem como base a presença do Estado. As sociedades reconheceram o Estado como necessário para manter a estabilidade social (pacto social) e garantir direitos. Daí decorre que não existe direitos sem Estado. Este ente (Estado) precisa de recursos (tributos) para exercer sua função social. Daí o conceito de Estado Fiscal.*

*Desta forma, não existe Estado sem tributos, nem direitos sem Estado. Com este referencial teórico, fica evidenciado que defender dia sem imposto é defender dia sem Estado e dia sem direitos, ou seja, é defender a barbárie, o que não é ou não deveria ser digno de comemoração e aplausos.*

*Claro que cada um é livre para se expressar, mas que expresse esclarecido e consciente. Assim, se ignorar os fatos, será uma opção, uma escolha, não um desconhecimento.*

*Sigamos! Como o Estado Fiscal depende dos impostos, dia sem imposto implica dia sem Estado, sem escolas públicas, sem funcionários que organizam o trânsito, sem policiais para manter um nível mínimo de segurança, sem vacinação, postos de saúde e hospitais públicos, sem programas de transferência de rendas, sem leis e sem sistema judiciário, sem coleta de lixo, sem iluminação pública, sem controle do tráfego aéreo, sem forças de segurança e uma série de outros serviços prestados silenciosa e diariamente pelos servidores públicos para todos os cidadãos.*

*Como você acha que seria uma sociedade assim, sem impostos e sem Estado? Uma barbárie, como na idade média. Ainda que o objetivo explícito da campanha “Um dia sem impostos”, que muitos defendem, seja divulgar que os preços seriam menores se retirados os impostos (visão individualista e nada solidária), o objetivo implícito só pode ser o de enfraquecer ainda mais a sociedade e aumentar as desigualdades.*

*Afinal, sem os impostos cobrados, não há Estado, sem Estado não há direitos, todos os serviços públicos não serão prestados e a maioria da sociedade será prejudicada. O benefício imediato pode até ser prazeroso para o bolso, mas os efeitos colaterais são muitos e duradouros.*

*Claro que pagar preços menores faz brilhar os olhos de todos, mas, daí a defender dia sem impostos, vendendo a ilusão de que sem impostos a vida seria melhor, é sinal de desconhecimento ou má fé.*

*Não é de um dia sem impostos que precisamos. O que precisamos é dividir melhor a conta e termos mais solidariedade. Muitos dos que defendem o dia sem impostos podem pagar por plano de saúde, escola particular, usam carros ou até helicópteros, frequentam restaurantes de luxo, desfrutam de férias em resorts, mas a realidade da maior parte dos brasileiros é outra e, para esta parcela da população, um dia sem impostos é mera ilusão, de efeito amargo.*

*Agora, que não cabe mais alegar desconhecimento, você vai mesmo escolher comemorar dia sem impostos? Eu não!”*

Ainda conforme reflete CORTELLA, a relação Estado-sociedade é uma relação pedagógica. Paulo Freire dizia: *“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho. As pessoas se educam numa relação”*. É assim que o Estado e a sociedade se educam reciprocamente.

*“A relação com o Estado é educativa, em que se aprende e se ensina para servir. Servir à vida, servir à capacidade de existir coletivamente, servir à nossa capacidade de humanidade. A finalidade do poder é servir.*

*Servir à comunidade, servir à coletividade. Um poder que, em vez de servir, é um poder que serve a si mesmo, esse é um poder que não serve.*

*A primeira obrigação do poder é servir, isto é, colocar-se a serviço de uma comunidade. A questão é que isso não é uma obrigação apenas de Governo – também é de Governo –, mas também o cidadão tem de servir. O serviço do cidadão para o Governo chamamos de obrigação. Nós temos direitos e deveres. Um dos nossos direitos é exigir que o poder público cumpra aquilo que é a sua área de competência. E um dos nossos deveres é servir a nossa capacidade de não admitir que o poder público não faça isso.*

*Quando se tem um cidadão descuidado é preciso também que o Estado, o poder público, cuide para que não haja descuido. Uma das maneiras de fazê-lo é informar, debater, trazer o diálogo. Não é um vigiar o outro, mas é um ser capaz de supervisionar o trabalho que é feito. Isso vale para o hospital, para o transporte, para a área de segurança. Tudo é uma inter-relação, e quando deixamos isso de lado estamos abrindo mão dos nossos deveres e direitos de cidadão.*

*Muita gente, por não cumprir as suas tarefas, acaba se restringindo a reclamar do Governo. Às vezes isso é um esporte, como atirar dardos.*

*Não é que governos sejam imunes à reclamação e à crítica. Ao contrário, eu tenho o direito de fazê-lo. Mas eu não posso, como cidadão, habituar me a, em vez de fazer o que tenho de fazer, apenas reclamar.*

*Se eu participo, se eu tenho atividade, eu cumpro a antiga máxima: “É melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão”. (CORTELLA/2016)*

## 6.4 A Educação Fiscal e a Responsabilidade Social

A Educação Fiscal conduz à compreensão sobre os tributos, sua arrecadação, tipologia e destinação, e, conseqüentemente, ensina sobre direitos e deveres fiscais dos cidadãos. Ainda, leva à reflexão, no aspecto da arrecadação e destinação dos tributos, se esses recursos são aplicados adequadamente, geram melhorias na qualidade de vida da população e perspectivas de melhorias para a sociedade de maneira geral. Questões como: de que forma os tributos são arrecadados? Quais tributos existem? Como são aplicados? São as temáticas que mobilizam a Educação Fiscal. (BRASIL/MEC, 2022, p.25)

O conhecimento sobre Educação Fiscal fortalece a democracia, bem como a cidadania, pelo poder de transformar as relações sociais e garantir o direito a uma vida mais digna e mais justa para todos os brasileiros (BRASIL/MEC, 2022, p. 25). Portanto, permite que o cidadão se torne consciente dos seus direitos e deveres e promova mudanças sociais necessárias, conforme ordena a Constituição Cidadã de 1988, na redução de desigualdades, da miséria, da fome, entre outras mazelas vividas em sociedade. Por consequência, a sociedade segue o caminho do desenvolvimento e de um futuro melhor para a coletividade, construindo o bem-estar para as futuras gerações.

Assim, o tributo deve ser entendido como viabilizador das Políticas Públicas que promovem o bem-estar da coletividade em áreas como a saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, infraestrutura, dentre outras, assegurando a manutenção de todos esses serviços básicos essenciais à população.

*“Receita e Despesa formam um ciclo: cidadãos e empresas pagam impostos que o governo deve utilizar para prestar serviços à sociedade”.*



Fonte: ASCOM/CGU

A Educação Fiscal leva a informação através do conhecimento sobre o exercício da cidadania ativa, chamando cada cidadão para sua responsabilidade social na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao mesmo tempo, ela o capacita para o protagonismo na transformação da realidade social que o cerca.

Dessa forma, os conhecimentos sobre a relação Estado-Sociedade e dos instrumentos que o cidadão dispõe para o controle social são a chave para a transformação social. E, podemos concluir que acompanhar as contas públicas é um direito elementar da cidadania e um pilar da responsabilidade social.

Portanto para que o cidadão tenha postura ativa em sua comunidade e seja agente transformador de sua realidade é preciso que ele tenha acesso ao conhecimento, seja informado e sensibilizado sobre seus direitos e deveres enquanto cidadão. E neste aspecto, o papel de construção do conhecimento efetuado pela Escola é essencial.

## 6.5 A Educação Fiscal e a importância da Escola na formação cidadã



Fonte: Uol Kids

O acesso à educação é fundamental para que o indivíduo obtenha conhecimento, desenvolva o senso crítico e alcance melhores oportunidades de trabalho (e, conseqüentemente, de vida). A partir da abertura da percepção da realidade que cerca o cidadão, a educação o capacita a transformar o meio em que está inserido, rompendo o ciclo da desigualdade social. Em outras palavras, a educação está diretamente relacionada aos meios que possibilitam ao indivíduo o alcance de uma vida mais plena.

A Escola tem importante papel na formação de cidadãos através da disseminação do conhecimento, fazendo com que

indivíduos tenham consciência de seus direitos e da importância no cumprimento dos seus deveres para que possam se tornar agentes ativos na sociedade para a cobrança de ações mais efetivas e responsáveis do Estado.

O Programa Nacional de Educação Fiscal possui entre seus fundamentos, a premissa de Educação e Cidadania, onde enfatiza-se o exercício de uma prática pedagógica para a formação integral do cidadão autônomo, reflexivo e consciente de seu papel, capaz de contribuir para a transformação da sociedade. Por essa via o objetivo é estimular o fortalecimento do poder popular para o exercício do controle democrático do Estado, incentivando a sociedade à participação coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração de leis para a sua execução.

Assim, o estudo da educação fiscal na escola prevê que os professores e estudantes reconheçam a educação comprometida com a construção de cidadãos conscientes em relação à administração pública responsável pelos recursos arrecadados e impostos, compreendendo a aplicação e controle dos gastos públicos.

Ainda, a Educação Fiscal busca conscientizar toda a comunidade escolar para a importância de se acompanhar os gastos públicos e entender a importância dos impostos na condução e construção da Administração Pública. E também, estimula a formação da consciência tributária do aluno ao promover situações de aprendizagem que possibilitem a consciência da cidadania.



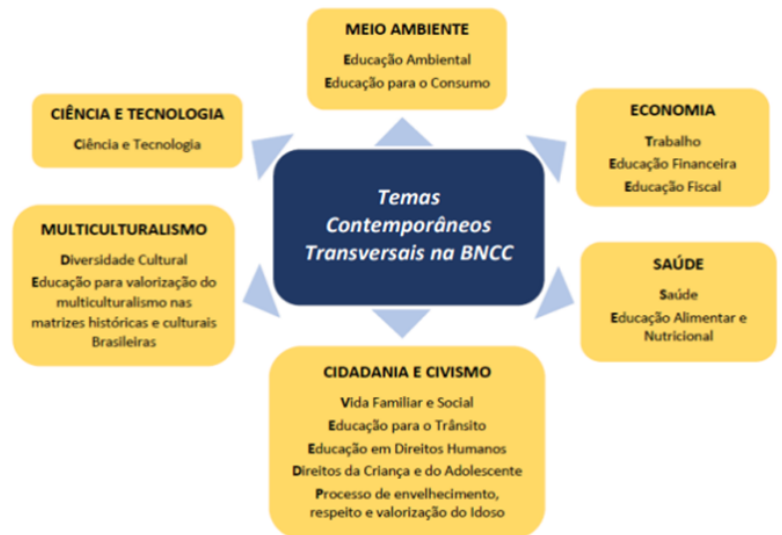


Fonte: CGU

A escola pode assim contribuir para o entendimento sobre a aplicação dos recursos públicos e investimentos no próprio sistema educacional através do FUNDEB, incentivando o conhecimento sobre os investimentos nos demais espaços públicos, que exigem controle social do Estado, a relação com as notas fiscais como instrumento de controle social desses recursos, dentre outras abordagens que estão mencionadas nas habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL/MEC, 2022, p.25)

## 6.6 A abordagem do tema Educação Fiscal na Escola

A educação fiscal está inserida entre os Temas Contemporâneos Transversais-TCT na Base Nacional Curricular Comum-BNCC, sendo destacada na macroárea “Economia”, conforme demonstra o quadro ao lado:



Fonte: BRASIL/MEC, 2022, p.16

Assim como os demais TCTs, a abordagem da temática Educação Fiscal em sala de aula não está atrelada exclusivamente a um componente curricular, ou a uma área de conhecimento, mas perpassa a todos, de forma **transversal e integradora**.

A abordagem da Contemporaneidade é prioritariamente uma busca pela melhoria do processo de aprendizagem. Ao contextualizar os conteúdos da formação geral em sala de aula, juntamente com temas contemporâneos, espera-se aumentar o interesse dos estudantes durante esse processo e despertar a relevância desses temas no seu desenvolvimento como cidadão. (BRASIL/MEC, 2019, p.8)





O estudo do tema educação fiscal pode ser aplicado em sala de aula através de uma abordagem prática com base na realidade vivenciada pelo estudante na seja na família, no ambiente ou entorno da escola. Assim, os educadores sensibilizam os alunos a refletirem como a temática da educação fiscal afeta a vida cotidiana, estimulando-os à cidadania ativa e despertando neles o interesse na aplicação prática diária dos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar. Essa abordagem pode ser ministrada pelo educador de forma transversal, interdisciplinar e integradora através dos componentes curriculares e áreas de conhecimento comuns.



Assim, é possível introduzir os conhecimentos da relação Estado-Sociedade aos alunos através de atividades e projetos escolares que abordem de forma lúdica ou prática alguns temas como por exemplo: **Entendendo o conceito de Sociedade e de Estado; A História da Cidadania no Brasil; Estado Democrático; Estado, Economia e Desenvolvimento; Ética** dentre outros temas que podem ser construídos por aluno e educador para o ensino de temas sobre a Educação Fiscal.

## 6.7 A Educação Fiscal e o Currículo Referência de Minas Gerais

O Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) é iminentemente um documento fundado nos princípios democráticos, principalmente da participação. A partir do momento que trabalhamos o currículo com as diretrizes da BNCC e referenciados pelo Projeto Político Pedagógico das escolas construímos uma proposta de educação com os mineiros, para os mineiros e de qualidade com equidade. (CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MG, 2024)





O CRMG apresenta os princípios orientadores para uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. Além disso, contempla algumas das principais características da sociedade do conhecimento. Propõe, ainda, princípios orientadores para a prática educativa, a fim de que, as escolas mineiras possam preparar seus alunos para este novo tempo. (CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MG, 2024).

Assim, podemos concluir que o CRMG norteia o educador para o desenvolvimento das competências e habilidades a serem trabalhadas no cenário das Escolas Mineiras desde o ciclo de ensino Infantil até o médio.

A BNCC reconhece a importância da educação fiscal como temática contemporânea transversal- TCT e traça as diretrizes dos novos referenciais curriculares para o ensino Básico.

O maior objetivo da abordagem do TCTs consiste na possibilidade que o estudante conclua a sua educação formal, reconhecendo e aprendendo sobre temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que a abordagem dos TCTs permita ao estudante compreender questões diversas, tais como cuidar do planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua saúde; usar as novas tecnologias; entender e respeitar aqueles que são diferentes, quais seus direitos e deveres como cidadão, dentre outros, contribuindo assim para sua formação integral como ser humano. Tal missão, torna-se uma das principais funções sociais da escola, tendo em vista que são temas estratégicos durante o processo de aprendizagem para que os estudantes não concluam sua educação formal descontextualizados da sua realidade. (BRASIL/MEC, 2019, p.8)

Diante do exposto, compreende-se que o tema Educação Fiscal pode ser trabalhado dentro das habilidades e competências estabelecidos no Currículo Referência de Minas Gerais em todos os níveis de ensino, desde o Ensino Infantil até o Médio, já que a abordagem contemporânea coincide com os objetivos do CRMG no intuito de promover o desenvolvimento de um aluno mais crítico, reflexivo e consciente sobre os desafios atuais e assuntos relevantes para a sociedade.

O tema Educação Fiscal, fazendo parte da macroárea de Economia pode ser desenvolvido através da integração interdisciplinar, sendo tratada de forma transversal, e integrada a diversas disciplinas ou componentes curriculares como Matemática, Geografia, História, Ciências e Línguas. Isso permite que os alunos compreendam a importância dos tributos e a gestão pública de diferentes perspectivas.

De acordo com o CRMG, as competências gerais da Educação Básica orientam igualmente as aprendizagens essenciais. Torna-se imprescindível, na busca por uma organização curricular flexível, “romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizados e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no mundo real” (Parecer CNE/CEB nº 5/2011) (CURRÍCULO REFERÊNCIA MG DO ENSINO MÉDIO,2024, p 36.)

Salienta-se que o CRMG para o Ensino Médio incluiu dentre o rol de Eletivas do Ensino Médio, o tema Educação Fiscal. Assim, as Eletivas têm em sua proposta pedagógica uma abordagem lúdica e uma forma prática de vivências e experiências, para proporcionar aprendizagens significativas e articuladas com as aulas da Formação Geral Básica, com os eixos estruturantes e com as Competências Gerais previstas na BNCC para a Educação Básica. Assim, elas ampliam a percepção de mundo dos estudantes, fortalecendo a autonomia e o protagonismo. (CURRÍCULO REFERÊNCIA MG DO ENSINO MÉDIO,2024, p.46)

A escolha da Eletiva Educação Fiscal possibilita direcionar a aprendizagem dos estudantes para a realidade social que estão inseridos, trazendo para sala de aula a identidade do jovem, a importância prática dos saberes que são transmitidos na Escola e o fomento da discussão crítica e consciente. Com essa abordagem é possível focar no protagonismo do jovem em sua comunidade, dando-lhes meios para a transformação da sua realidade social.

E ainda, sendo a Educação Fiscal um Tema Contemporâneo Transversal, essa temática comunica e se inter-relaciona com os componentes curriculares, áreas de conhecimento e outras diversas temáticas como por exemplo: ética, consumismo, cidadania, empreendedorismo, educação financeira, educação ambiental, dentre outros. Portanto, trabalhando-se a Educação Fiscal, é possível abrir um leque múltiplos conhecimentos a serem trabalhados em sala de aula.

A proposta deste componente curricular é instigar a participação ativa do estudante na comunidade, de forma a avaliar a destinação, a transparência e a prestação de contas dos recursos públicos, e incorporar valores importantes para o indivíduo e para o coletivo, sobretudo na tomada de decisões conscientes, colaborativas e responsáveis. Ao adotarmos uma abordagem participativa, crítica e ética, estamos contribuindo para o avanço em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. (CATÁLOGO DE ELETIVAS DE MINAS GERAIS /2025, p. 75)

Ainda conforme o CATÁLOGO DE ELETIVAS DE MINAS GERAIS de 2025, o componente curricular "Educação Fiscal" surge como uma resposta à necessidade de formar cidadãos conscientes, críticos e ativos na sociedade. Em um contexto em que a compreensão dos tributos e sua função socioeconômica se torna cada vez mais relevante, esta eletiva se propõe a capacitar os estudantes a entenderem os tributos não apenas como uma obrigação, mas como um mecanismo essencial para viabilizar e financiar políticas públicas que promovem o bem-estar social. Ao abordar os conceitos fundamentais da Educação Fiscal,

desde sua contextualização histórica até seus impactos econômicos e sociais, a eletiva pretende conectar os estudantes às realidades práticas que enunciam a vida cotidiana. A reflexão sobre os direitos e responsabilidades fiscais do indivíduo, junto com a análise crítica da destinação e utilização dos recursos públicos, são elementos-chave para o desenvolvimento de uma cidadania fiscal consciente.

Este componente curricular busca, portanto, instigar nos estudantes uma participação ativa e informada na comunidade, capacitando-os a avaliar a transparência e a prestação de contas das ações governamentais. Ao incorporar valores como ética, responsabilidade e colaboração, a Educação Fiscal não só promove a compreensão dos tributos, mas também, prepara os estudantes para tomar decisões conscientes e colaborativas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa

Adotando uma abordagem participativa e crítica, a "Educação Fiscal" vai além da mera transmissão de conhecimentos, ao se posicionar como um instrumento para o fortalecimento da cidadania e a promoção de um envolvimento ético e responsável com a gestão dos recursos públicos. Assim, este componente curricular se apresenta como um pilar na formação de indivíduos capazes de contribuir ativamente para o avanço em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. (CATÁLOGO DE ELETIVAS DE MINAS GERAIS /2025 p.76)

Ressalta-se a importância na formação continuada dos professores para uma abordagem mais assertiva nas discussões e reflexões que serão geradas em sala de aula contribuindo, assim, para a conscientização e formação integral dos estudantes.

Conforme o CATALÓGO DE ELETIVAS DE MINAS GERAIS 2025, página 75, a Educação fiscal é Eletiva habilitada para ser trabalhada na disciplina de Matemática e suas Tecnologias para os estudantes do 1º ano do Ensino Médio. Este cenário possibilita tratar a Educação Fiscal como Eletiva no primeiro ano do Ensino Médio e principalmente na Formação Geral Básica de forma transversal e integradora nos componentes curriculares.

Dentro dos itinerários Formativos, outra possibilidade para o desenvolvimento integral do estudante é o Projeto de Vida que, de forma sistematizada e com intencionalidade pedagógica, visa a proporcionar o desenvolvimento da capacidade de autoconhecimento, de potencialidades, aspirações, interesses e objetivos de vida. Por meio desse percurso pedagógico, o estudante é estimulado a atribuir sentido à sua vida, a tomar decisões mais assertivas, alicerçar as ações do presente de forma responsável e autônoma para planejar o futuro,



Fonte: Currículo Referência de Minas Gerais Ensino Médio

estabelecer estratégias e metas para o alcance de seus objetivos no âmbito pessoal, profissional e social. (CURRÍCULO REFERÊNCIA MG DO ENSINO MÉDIO, 2024, p.46).

A competência Trabalho e Projeto de Vida está ligada à formação do jovem para ser protagonista na sociedade em que vive e para o mundo do trabalho. Nesse sentido, a escola tem como proposta provocar algumas reflexões para auxiliar os estudantes a projetarem seus sonhos e traduzi-los de forma mais objetiva (CRMG ENSINO MÉDIO, p 40)

Sendo a educação para a cidadania um dos pilares da dinâmica escolar mineira, a preocupação com uma formação atenta ao futuro do estudante sempre foi uma presença constante na rede de ensino mineira. No entanto, até então, não havia um componente curricular específico voltado para a reflexão e a construção de um projeto de vida pelos próprios estudantes. A partir de agora esse panorama muda em prol do protagonismo e da autonomia dos nossos jovens – elementos esses que, junto com o componente curricular Projeto de Vida, são pontos centrais para a formação do estudante, tal como nos é apresentado na Competência Geral 6 da BNCC: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (CRMG ENSINO MÉDIO, p 309, 2024) (BRASIL, 2018, p. 9).

O componente curricular Projeto de Vida insere-se em um contexto propício para o seu desenvolvimento e êxito, visto que, no ambiente escolar, a vida do estudante se configura a partir da relação com outras dimensões importantes para a sua formação enquanto sujeito. A escola é o local para o qual os anseios familiares confluem, assim como as expectativas criadas pela comunidade, as demandas originadas nos ambientes profissionais e as consequências de decisões políticas e econômicas mais amplas. Em suma, a escola é o reflexo da sociedade, ao mesmo tempo em que propaga na coletividade novas perspectivas e valores oriundos de seus domínios. (CRMG ENSINO MÉDIO, p 310, 2024)

Salientamos que o projeto de vida propicia tanto a ampliação do capital cultural dos estudantes quanto abre um leque de discussões sobre a entrada no mercado de trabalho – favorecendo, assim, escolhas saudáveis, sustentáveis e éticas. Isso porque o projeto de vida está ancorado em competências que auxiliam os estudantes a pensarem de forma crítica, a desenvolver a criatividade e, sobretudo, a agir de forma responsável no mundo que o circunda. (CRMG ENSINO MÉDIO, p 311, 2024)

Conforme exposto o tema contemporâneo transversal da Educação Fiscal é um importante instrumento para que os educadores trabalhem na prática de sala de aula a cidadania, considerada um dos pilares da dinâmica escolar mineira.

Por meio da Educação Fiscal é possível promover a consciência crítica e a responsabilidade social, formando um indivíduo consciente e por consequência capacitado para fazer escolhas alinhadas ao

exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, tornando-o o protagonista de sua vida e um agente transformador da sociedade.

Portanto linhas norteadoras do Currículo Referência de Minas Gerais estão em consonância com os fundamentos do Programa Nacional de Educação Fiscal para a Educação que preza o exercício de uma prática educativa na perspectiva de formar um cidadão consciente, reflexivo e mobilizador, de forma a contribuir para a transformação social.



## REFERÊNCIAS

BERNOULLI, SISTEMA DE ENSINO. Coleção Ensino Fundamental, 9º ano, volume 4. Belo Horizonte.2023.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 1992.

BRASIL.AGÊNCIA GOV. Retrospectiva 2023: 75 programas sociais para atender a população brasileira. Disponível em:< <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/retrospectiva-2023-governo-federal-investiu-na-criacao-e-retomada-de-75-programas-sociais-para-atender-a-populacao-em-situacao-de-vulnerabilidade>>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

BRASIL. **LEI Nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família**; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm)>Acesso em: 23 março 2024

BRASIL.**LEI Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**. Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm)> Acesso em: 23 março 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Relação Estado-Sociedade. Séria Educação Fiscal. Caderno 2**. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Planalto. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Institui o Código Penal Brasileiro nos termos do art. 180 da Constituição Federal**. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 24 abril de 2024.

BRASIL. Planalto. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal**. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 23 março 2024.

BRASIL. Planalto. **LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004**.Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm)>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. **Planalto. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) >. Acesso em: 24 abril de 2024.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Programa Pé de Meia. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO DE 1920.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26463> >. Acesso em:24 de abril de 2024.

**BRASIL OCUPA ocupa o número 89 no ranking de IDH.** Disponível em: < [https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/brasil-ocupa-o-numero-89-no-ranking-de-idh#:~:text=Publicado%20em%2013%2F03%2F2024,quarta%2Dfeira%20\(13\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/brasil-ocupa-o-numero-89-no-ranking-de-idh#:~:text=Publicado%20em%2013%2F03%2F2024,quarta%2Dfeira%20(13).) > Acesso em 29 de abril de 2024

**CARTA DA TERRA.** Disponível em: < <https://antigo.mma.gov.br/o-ministerio/quem-e-quem/item/8071-carta-da-terra.html> >. Acesso em: 23 de abril 2024.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CORTELLA, Mario Sergio. **Não se desespere! provocações filosóficas.**Petrópolis.RJ. Vozes, 2016.

CORTINA, A. **Ética mínima.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DA SILVA, Marco Túlio **-Dia sem Impostos: você sabe o que está comemorando? A questão tributária é complexa e não comporta soluções simplistas.** Disponível em: <[https://www.sindifisco-rs.org.br/interna.php?secao\\_id=12&campo=9926819](https://www.sindifisco-rs.org.br/interna.php?secao_id=12&campo=9926819)>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

EL PAIS BRASIL. Apresentado às pressas plano de Temer para o Ensino Médio acende debate entre os especialistas; Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671\\_242939.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671_242939.html)>. Acesso em 20/08/2024.

E que tal um dia sem Estado? Blog do Professor Luis Moreira. Disponível em <<https://blogdoprofluismoreira.blogspot.com/2017/03/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

FERREIRA, AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 3. ed. Curitiba. Editora Positivo. 2004.

GADOTTI, M. **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico/Secretaria de Educação a Distância.** Brasília: MEC/SEED, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2010. Resenha da obra. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2024.

MORIN, E. **O sentido do ato de educar em Edgar Morin**. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-596x2019000100401](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-596x2019000100401). Acesso em: 12 abril 2024.

NOGUEIRA, R. B. **Curso de direito tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

PNUD. PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatórios do Desenvolvimento Humano (2023/2024)**. Disponível em:

< <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>>. Acesso em: 29 de abril 2024.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA ENAP. **Combate à corrupção no Brasil: análise sob a ótica da economia da corrupção**. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/5684/1/1-lugar.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/5684/1/1-lugar.pdf)

RODRIGUES, DANIEL DE SÁ. **Dia internacional contra a corrupção. Quando vamos comemorar?** Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/dia-internacional-contra-a-corrupcao-quando-vamos-comemorar.shtml>. Acesso em: 31/03/2025

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index**. Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/publicacoes/indice-de-percepcao-da-corrupcao-2024/>>. Acesso 31 de março de 2025.

USP. **Declaração Universal dos Direitos Humanos Comentada**. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4707297&forceview=1>>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. 21. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.